

**Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em
Psicologia**

**O PROCESSO DE DECISÃO SOBRE A
ADOÇÃO DE UMA CRIANÇA POR UM CASAL
HOMOSSEXUAL MASCULINO**

**Autora: Ana Gabrielle Guterres Romanhol
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Alexina Ribeiro**

**Brasília – DF
2013**

ANA GABRIELLE GUTERRES ROMANHOL

**O PROCESSO DE DECISÃO SOBRE A ADOÇÃO DE UMA CRIANÇA POR
UM CASAL HOMOSSEXUAL MASCULINO**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
Psicologia da Universidade Católica de
Brasília, como requisito para a obtenção
do Título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Alexina
Ribeiro

**Brasília
2013**

R758p Romanhol, Ana Gabrielle Guterres.

O processo de decisão sobre a adoção de uma criança por um casal
homossexual masculino. / Ana Gabrielle Guterres Romanhol – 2013.
88 f.; il.: 30 cm

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2013.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Maria Alexina Ribeiro

1. Adoção. 2. Homossexualismo. 3. Pais e filhos. 4. Psicologia familiar.

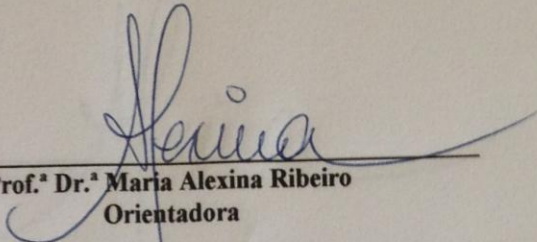
I. Ribeiro, Maria Alexina, orient. II. Título.

CDU 159.922.1:316.812.34

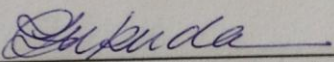
Ficha elaborada pela Biblioteca Pós-Graduação da UCB

21/10/2013

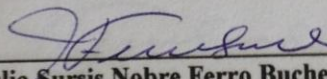
Dissertação de autoria de **Ana Gabrielle Guterres Romanhol**, intitulada "O processo de decisão sobre a adoção de uma criança por um casal homossexual masculino", apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília, defendida e aprovada em **30 de agosto de 2013**, pela Banca Examinadora abaixo assinada:



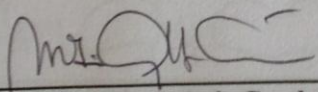
Prof.ª Dr.ª Maria Alexina Ribeiro
Orientadora



Prof.ª Dr.ª Cláudia Cristina Fukuda
Examinadora Interna



Prof.ª Dr.ª Julia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke
Examinadora Interna



Prof.ª Dr.ª Maria Inês Gandolfo Conceição
Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar à Deus, pois sem fé em Ti eu não conseguiria.

Ao meu esposo, pelas orações que me fizeram não desistir.

Aos meus pais, que com carinho e apoio não mediram esforços para que eu chegasse até essa etapa da minha vida.

A toda minha família, que acompanhou a minha caminhada.

A professora e orientadora Alexina Ribeiro, pela paciência na orientação e incentivo, que tornaram possível a conclusão dessa dissertação.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica.

Ao grupo Semearte, pelo apoio e incentivo constantes.

RESUMO

ROMANHOL, A. G. G. **O processo de decisão sobre a adoção de uma criança por um casal homossexual masculino.** 2013, 88 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica de Brasília – UCB.

A união entre pessoas do mesmo sexo, um dos arranjos familiares característicos de nosso tempo segue gerando controvérsias em vários países. A Psicologia teve papel destacado historicamente na configuração das condições de enunciação a respeito dessa temática, porém pesquisas com casais homossexuais ainda são raras. Pretendemos nesse estudo compreender o processo que leva a decisão de adotar uma criança por um casal homossexual, conhecendo a estrutura e a história de vida do casal a partir de sua formação e sua relação com as famílias de origem e amigos, bem como os sentimentos que levaram o casal homossexual a desejar torna-se pais por adoção e quais as expectativas do casal em relação à formação e educação da criança a partir da sua socialização no convívio familiar e social. Participou deste estudo um casal homossexual masculino de 45 e 47 anos, residentes em uma Região Administrativa de classe média do Distrito Federal que possui casa própria e tem uma renda média de 15 mil reais por mês. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa realizada por meio do estudo de caso, com a utilização dos seguintes instrumentos para a coleta de dados: roteiro de entrevista semi-estruturado, genograma familiar e roteiro para realização de colagem. Como aporte teórico adotou-se a teoria sistêmica da família. Os encontros com o casal foram gravados, transcritos e os dados analisados de acordo com o método construtivo-interpretativo. A análise dos dados levou à construção de nove zonas de sentido, mostrando que: a aceitação das genitoras foram importante para a decisão da união do casal; ambos se referem ao preconceito social e não aceitação do casal homossexual; afirmam ter a ideia de adotar um filho mesmo antes do relacionamento e estão discutindo sobre essa possibilidade há três anos; a respeito da adoção o casal possui algumas preocupações relacionadas com a educação da criança, a dificuldade que poderiam ter de impor autoridade sobre o filho, a possibilidade de a criança fazer perguntas sobre a homossexualidade dos pais e os pais biológicos; esperam que a educação da criança seja permeada por muito diálogo e respeito pela individualidade e a divisão dos papéis parentais será complementar, sem preocupação com questões de gênero. Os dados mostraram também a importância de se realizar outras investigações acerca dos aspectos psicossociais, afetivos e jurídicos do processo de adoção no contexto da homossexualidade, para que profissionais atuem com o escopo de promover o bem-estar aos adotantes e adotados.

Palavras-chave: Homossexualidade. Casal homossexual. Adoção. Dinâmica familiar. Dinâmica conjugal. Casal. Família.

ABSTRACT

ROMANHOL, A. G. G. **O processo de decisão sobre a adoção de uma criança por um casal homossexual masculino.** 2013, 88 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica de Brasília – UCB.

A marriage between persons of the same sex, one of the family arrangements characteristic of our time is still generating controversy in several countries. Psychology historically had an important role in setting the conditions of enunciation about this topic, but research with gay couples are still rare. We intend this study to understand the process that takes the decision to adopt a child by a homosexual couple, knowing the structure and life history of the couple from their training and their relationship with the families and friends of origin as well as the feelings that led the gay couple want to become parents by adoption and what the couple's expectations regarding the training and education of the child from their socialization in family and social life. Participated in this study, a male homosexual couple 45 and 47 years, living in a middle class Administrative Region of the Federal District in its own property and have an average income of 15,000 dollars a month. The methodology was qualitative research conducted through the case study, with the use of the following tools for data collection: Interview semi - structured genogram family and roadmap for conducting glue. As theoretical adopted the family systems theory. The meetings with the couple were recorded, transcribed and analyzed according to the method constructive - interpretive. Data analysis led to the construction of nine areas of meaning, showing that: the acceptance of the mothers were important for the decision of the union of the couple, both refer to social prejudice and rejection of homosexual couples; claim to have the idea of adopting a son even before the relationship and are discussing this possibility for three years; regarding the adoption the couple has some concerns about the child's education, the difficulty might have to impose authority over the child, the ability of the child to ask questions about homosexuality parents and biological parents; expect the child's education is permeated by a lot of dialogue and respect for individuality and the division of parental roles will be complementary, without regard to gender. The data also showed the importance of conducting further investigations about the psychosocial, emotional and legal adoption process in the context of homosexuality, so that professionals act with the aim of promoting the welfare of adopters and adopted.

Keywords: Homosexuality. Homosexual couple. Adoption. Family dynamics. Marital dynamics. Couple. Family.

Lista de Figuras

Figura 1 – Genograma da Família de Origem do Gabriel.....	44
Figura 2 – Genograma da Família de Origem do Kleber	46
Figura 3 – Colagem	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 ABORDAGEM SISTÊMICA DA FAMÍLIA	11
2.2 CASAL E FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	16
2.3 CASAL HOMOSSEXUAL.....	18
2.3.1 A legislação sobre o casal homossexual	21
2.3.2 Preconceito e discriminação	23
2.3.3 A homossexualidade segundo as religiões	25
2.4 LEGISLAÇÃO: CRITÉRIOS PARA ADOÇÃO DE UMA CRIANÇA QUE VIVERÁ COM PESSOAS QUE TÊM UMA RELAÇÃO HOMOAFETIVA.	27
3 OBJETIVOS	34
3.1 OBJETIVO GERAL	34
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	34
4 MÉTODO	35
4.1 PARTICIPANTES.....	36
4.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS	36
4.2.1 Roteiro de entrevista semi-estuturado do ciclo de vida familiar.....	37
4.2.2 Colagem.....	37
4.2.3 Genograma	37
4.3 PROCEDIMENTOS DE LEVANTAMENTO DE DADOS.....	38
4.3.1 Identificação dos participantes.....	38
4.3.2 Realização da entrevista do ciclo de vida familiar.....	38

4.3.3 Realização da colagem e genograma.....	39
4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	39
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS	75
ANEXO.....	80
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	80
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO DO CICLO DE VIDA FAMILIAR	82
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA TÉCNICA DE COLAGEM.....	85

1 INTRODUÇÃO

As famílias contemporâneas se apresentam com múltiplas configurações: famílias nucleares, separadas, recasadas, monoparentais, homoparentais, dentre outras. Tais configurações são decorrentes de transformações sociais mais amplas e do processo acelerado de mudança nas concepções de conjugalidade e parentalidade (FÉRES-CARNEIRO, 2003). A diversidade nas configurações conjugais é um fenômeno em expansão que vem dando visibilidade a arranjos tais como os casais homossexuais. Esse panorama traz diversos questionamentos quanto à forma como esses casais lidam com suas relações amorosas, como vivenciam sua relação íntima, independentemente de como se compõe o casal.

O Brasil tem mais de 60 mil casais homossexuais, segundo dados preliminares do Censo Demográfico 2010, divulgado em abril de 2011 através dessa reportagem, essa foi a primeira edição do recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a contabilizar a população residente com cônjuges do mesmo sexo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). No Brasil, em 05 de maio de 2011, a união homoafetiva foi reconhecida por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal (PLC 122, 2013), segundo a qual os casais homossexuais podem registrar sua parceria como união estável e ter acesso aos mesmos direitos de casais heterossexuais, como fazer declaração de Imposto de Renda em conjunto, registrar os parceiros como dependentes no plano de saúde, garantir a eles direito a herança, indicá-los ao INSS e a empresas de previdência privada como beneficiários de pensões e aposentadorias e adotar crianças.

A relevância científica dessa temática se justifica por investigar a realidade da sociedade contemporânea, a partir dessa nova configuração da família, motivo pelo qual se busca investigar quais os fatores que levam um casal homossexual a adotar uma criança. Considerando os aspectos que envolvem essa questão, justifica-se analisar as transformações ocorridas nas instituições sociais e familiares. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo que leva a decisão de adotar uma criança por um casal homossexual. Mais especificamente, buscaremos conhecer a estrutura de uma família formada por um casal homossexual masculino em processo de adoção de uma criança, identificar o que levou o casal homossexual a desejar tornar-se pais, além de levantar as expectativas dos pais em relação à formação da criança a partir da sua socialização e convívio familiar e social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a construção do presente estudo foi necessário percorrer ideias que auxiliassem a compreensão dos objetivos propostos. Sendo assim, faremos uma pequena revisão da história do casal e da família, o casal homossexual e a legislação vigente quanto aos critérios para adoção de uma criança que viverá numa relação homoafetiva.

2.1 ABORDAGEM SISTÊMICA DA FAMÍLIA

A abordagem sistêmica da família baseia-se na ideia de que os comportamentos de uma pessoa devem ser compreendidos no contexto da família. A definição de família como sistema consiste em uma série conectada de conceitos originados da Teoria Geral dos Sistemas desenvolvida inicialmente por Von Bertalanffy na década de 40 e na ramificação dessa teoria, a Cibernética, que tem como conceitos chave a integridade, a regulação e a organização. As ideias centrais radicam em que a totalidade é maior que a soma das partes; cada parte só pode ser compreendida dentro do contexto da totalidade; mudança em qualquer uma das partes afeta todas as demais; a totalidade se regula a si mesma por meio de uma série de circuitos, a fim de ministrar estabilidade ou homeostase da abordagem sistêmica da família. Adotar essa abordagem significa adotar um campo de estudo e intervenção diferente, onde o mundo interior dos fenômenos intrapsíquicos é substituído por um mundo de comportamentos interativos, observados no seu contexto temporal e espacial (MINUCHIN, 1985; CALIL, 1987; BOSCOLO et al., 1993; ELKAIM, 1998; NICHOLS, SCHUARTZ, 1998).

Segundo Andolfi (1981), de acordo com a abordagem sistêmica, a família é considerada um todo orgânico, um sistema entre sistemas, e a compreensão do comportamento de cada membro exige a exploração das relações interpessoais e das normas que regulam o funcionamento do sistema familiar. O comportamento de cada membro, dentro da família, depende e está relacionado com o comportamento dos demais, ou seja, nenhum membro tem o controle unilateral sobre o outro.

Para Minuchin (1990), a família é responsável pela constituição da identidade de seus membros, principalmente, no processo de socialização. Para esse autor, no decorrer dos anos,

as famílias foram “convidadas” a se mobilizarem para as constantes mudanças no contexto familiar em resposta às mudanças sociais, uma vez que elas são complementares e requerem adaptação dos dois contextos. De acordo com Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999), a família é formada por membros que têm contato direto, laços emocionais e uma história compartilhada.

A família é um grupo natural que através dos tempos tem desenvolvido padrões de interação. Estes padrões constituem a estrutura familiar, que por sua vez governa o funcionamento dos membros da família, delineando sua gama de comportamento e facilitando sua interação (MINUCHIN, FISHMAN, 2007, p. 21).

Para a abordagem sistêmica, a instituição família é compreendida como um sistema acessível, caracterizado pelos seus aspectos dinâmicos que permitem a movimentação e interação de seus membros dentro (intra-familiar) e fora (extra-familiar) do ambiente familiar (CALIL, 1987; MINUCHIN, 1982; MINUCHIN; FISHMAN, 2007; MINUCHIN; LEE; SIMON, 2008). Minuchin e Fishman (2007) comparam a família com uma colônia de animais que se compõe por diferentes vidas, onde todos os membros têm sua importância dentro dessa instituição e onde se desenvolvem diferentes papéis. Esses autores afirmam, ainda, que as relações familiares estão sempre em um processo constante de mudança, que pode ser compreendido de acordo com as fases do ciclo de vida da família e com o contexto social no qual ela está inserida.

A família como um sistema e fonte relacional necessita desenvolver uma organização funcional que favoreça as relações e interações. Para Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999), Minuchin, Lee e Simon (2008), a família possui uma estrutura composta por padrões de interação que refletem, basicamente, as filiações, as tensões, a hierarquia do poder e os padrões de hierarquia do poder e os padrões de autoridade. Para um desenvolvimento saudável, o sistema familiar precisa se diferenciar e estabelecer as funções de cada membro da família, sendo assim, Minuchin (1990, p. 58) descreve que o sistema familiar é composto por diferentes subsistemas, onde os indivíduos são compreendidos como “*subsistema dentro de uma família [...] cada indivíduo pertence a diferentes subsistemas, nos quais tem diferentes níveis de poder e onde aprende habilidades diferenciadas*”. O subsistema conjugal é vital para o crescimento dos filhos, constitui seu modelo para relações íntimas, como se expressam nas interações cotidianas. A criança vê meios de expressar afeto, de se relacionar com um parceiro em dificuldades e de lidar com o conflito com iguais, o que ela vê se tornará parte de seus valores e expectativas, quando entrar em contato com o mundo exterior. O subsistema parental envolve a educação dos filhos e a função de socialização, a criança experiencia o

estilo de a sua família lidar com o conflito e a negociação. No subsistema fraternal, as crianças desenvolvem seus próprios padrões transacionais para negociação, cooperação e competição (MINUCHIN, FISHMAN, 2007).

Cada subsistema possui uma delimitação própria, que se desenvolve na dependência de suas interações ou trocas com os demais subsistemas da família. Para que se mantenham as características e diferenciação de cada subsistema, as fronteiras que os delimitam devem ser respeitadas. Essas fronteiras devem ter permeabilidade para permitir as trocas entre os membros dos subsistemas e do sistema familiar com o meio ambiente. A permeabilidade das fronteiras expressa as realidades do acesso e da privacidade. A firmeza das fronteiras dos subsistemas varia segundo o estilo particular de uma família. As fronteiras entre os adultos e as crianças inevitavelmente irão se tornar mais firmes à medida que as crianças se aproximarem da adolescência.

Para Minuchin (1990), as fronteiras de um subsistema são as regras que definem quem e como participa, elas protegem a diferenciação do sistema. As fronteiras podem ser rígidas, flexíveis ou difusas. Nas famílias aglutinadas ou emaranhadas, nas quais a interação entre os membros é intensa, há grande proximidade entre eles, mas falta diferenciação, as fronteiras e os limites são fracos e todos os invadem. Nas famílias desligadas não há conexões fortes entre seus membros, se relacionam pouco entre si, as fronteiras são muito rígidas. Para o funcionamento saudável da família deve estabelecer fronteiras nítidas entre os subsistemas e definir claramente os papéis de cada membro, levando em consideração a flexibilidade. A responsabilidade do sistema parental é zelar pelo desenvolvimento integral e educação dos filhos, buscando atender as necessidades materiais, físicas e afetivas. Além disso, compete à família a transmissão de valores éticos, religiosos e culturais, além de ser o subsistema responsável em garantir a proteção e a segurança da criança e do adolescente (ARAÚJO, 2002; MINUCHIN; 1990; PELISOLI, TEODORO, DELL'AGLIO, 2007).

Um aspecto importante na dinâmica familiar que permeia as relações entre os membros da família é a comunicação. Para uma boa comunicação entre duas pessoas é necessário o estabelecimento de alguns axiomas básicos da teoria da comunicação: 1-) Impossibilidade de não comunicar: onde não há uma não-conduta, logo não há uma não-comunicação. Por outro lado, toda conduta está inserida em um contexto interativo e tem um valor de mensagem, de comunicação. 2-) Toda comunicação tem aspectos referenciais (conteúdo) e conativos (relacionais), de tal forma que os segundos classificam os primeiros e correspondem, por consequência, ao que se chama de metacomunicação, ou seja, toda

comunicação inclui além do significado das palavras, mais informações sobre a forma como o emissor quer ser compreendido e como ele mesmo vê sua relação com o receptor da informação. 3-) A natureza de uma relação depende da pontuação dos parceiros nos processos de comunicação. Nos casais uma situação: “Eu me retraio porque você me critica”, e ambos ficam aprisionados em uma sequência comunicacional cuja pontuação só se modificará pela meta-comunicação. 4-) Os seres humanos comunicam-se tanto digital como analogicamente. Não abrange apenas palavras (digital), mas também tudo que é não verbal (analogica). 5-) A comunicação pode ser simétrica ou complementar. A depender da relação dos parceiros (emissor e receptor), baseia-se em diferenças ou semelhanças. Caso algum desses axiomas forem comprometidos haverá risco de falha na compreensão da informação (OSÓRIO, 2002).

Outro ponto importante é o ciclo de vida familiar. A família é um sistema em constante transformação, que precisa adaptar-se às diferentes exigências das diversas fases do ciclo de desenvolvimento, assim como às mudanças nas solicitações sociais, com o fim de assegurar continuidade e crescimento psicossocial aos membros que a compõem. As famílias se desenvolvem à medida que entram e saem de diferentes estágios vitais. A incapacidade dela de ultrapassar com sucesso um deles pode deflagrar tipos de sequências circulares que eventualmente conduzem a problemas. Nesse caso, em vez de vê-la como defeituosa, essa perspectiva cíclica nos permite reconhecê-la como paralisada em determinada etapa. Carter e McGoldrick (2008) enfatizam que uma aplicação rígida das ideias psicológicas ao ciclo de vida “normal” pode ter um efeito prejudicial, caso promova um ansioso auto-escrutínio que desperte ou de que qualquer desvio das normas seja patológico. As autoras ressaltam que o objetivo é oferecer uma visão do ciclo de vida em termos de relacionamento intergeracional na família.

As descrições das fases do ciclo vital surgiram naturalmente da necessidade dos que trabalhavam com terapia familiar, de entender o que acontecia na dinâmica das famílias que atendiam e não permitia que elas fizessem a passagem de um ciclo para outro de forma natural. A perspectiva do ciclo de vida familiar vê os sintomas e as disfunções em relação ao funcionamento normal ao longo do tempo, e vê a terapia como ajudando a restabelecer o momento de desenvolvimento da família. Ela formula problemas acerca do curso que a família seguiu em seu passado, sobre as tarefas que está tentando dominar e do futuro para o qual está se dirigindo.

Carter e McGoldrick (2008) examinam o ciclo de vida familiar sobre três aspectos: 1-) estágios predizíveis do desenvolvimento familiar normal na tradicional classe média

americana e as disputas clínicas quando as famílias tem problemas para negociar essas transações; 2-) padrões do ciclo de vida familiar em transformação na nossa época e mudanças naquilo que é considerado normal; 3-) em função disso, do ponto de vista clínico, a terapia deve ajudar as famílias que descarrilaram no ciclo de vida a voltar à sua trilha de desenvolvimento. Além desses aspectos, segundo as autoras, o ciclo de vida familiar divide-se em etapas:

1-) Saindo de casa – jovens solteiros: nesta fase o processo emocional de transição é aceitar a responsabilidade emocional e financeira pelo eu, havendo a diferenciação deste em relação à família, estabelecendo o eu com relação ao trabalho e independência financeira;

2-) A união de famílias no casamento - o novo casal: neste período há um comprometimento com um novo sistema, a formação do sistema marital, realinhando os relacionamentos com as famílias ampliadas e os amigos para incluir o cônjuge;

3-) Famílias com filhos pequenos: esta fase requer a aceitação de novos membros no sistema, ajustando o sistema conjugal para criar espaço para o filho, realinhando os relacionamentos com a família ampliada para incluir os papéis de pais e avós;

4-) Famílias com adolescentes: a mudança para esta fase terá de aumentar a flexibilidade das fronteiras familiares para incluir a independência dos filhos e as fragilidades dos avós, modificando os relacionamentos progenitor-filho para permitir ao adolescente movimentar-se para dentro e para fora do sistema;

5-) Lançando os filhos e seguindo em frente: este período do ciclo de vida familiar é o mais longo, no qual passa pelo processo de aceitação de várias saídas e entradas no sistema familiar, devendo renegociar o sistema conjugal como díade e realinhar os relacionamentos para incluir parentes por afinidades e netos;

6-) Famílias no estágio tardio da vida: o processo emocional de transição das famílias neste estágio está em aceitar a mudança dos papéis geracionais, devendo manter o funcionamento e os interesses próprios e do casal em face do declínio fisiológico, abrir espaço no sistema para a sabedoria e experiência dos idosos, apoiando a geração mais velha, lidar com a perda do cônjuge, irmãos e outros, se preparando para a própria morte.

Essa divisão é a mais utilizada mundialmente na terapia familiar. Ao percorrermos com a família os vários contextos que englobam as etapas de seu ciclo de vida, temos um meio eficaz para conhecê-la e ajudá-la (CARTER; MCGOLDRICK, 2008).

2.2 CASAL E FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE

A família, enquanto instituição social, tem passado por mudanças aceleradas em sua estrutura, organização e funções de seus membros. Em nossa sociedade ocidental a família é vista como o núcleo organizador a partir do qual se estruturam e são transmitidos os valores mais importantes da nossa cultura. Limitar o conceito da entidade “família” a um modelo único pode ser considerado um preconceito, resultante do temor à mudança característico da sociedade ocidental (ZAMBRANO, 2006). O modelo tradicional de família é questionado à medida que assume novas formas. Entretanto, esse modelo nuclear-monogâmico e heterossexual tem influenciado o exercício da parentalidade em diferentes configurações familiares.

Embora Rodriguez e Paiva (2009) vêm dessa maneira, até pouco tempo atrás, o modelo de família consistia em pai-mãe-prole. Esse modelo de estrutura familiar era considerado ideal pelo modo dominante de pensar na sociedade e, por isso, bastante usada para classificar todos os outros como desestruturados, desorganizados e problemáticos. Nessa compreensão de família há, sem dúvida, um julgamento que não é científico, mas moralista, pois utiliza apenas um padrão como referência e considera os outros inadequados.

A família contemporânea tem encontrado inúmeras dificuldades para cumprir suas funções psicossociais. Vivemos um momento de intensas e rápidas mudanças sociais – o trabalho de ambos os pais, alto índice de divórcios e recasamentos, perda do sentido de tradição, valores culturais pouco claros, mudança dos papéis dentro da família – que interferem nos padrões de relacionamento entre os membros da família e requerem, dessa instituição, uma capacidade de adaptação e reestruturação muito rápida para continuar cumprindo as novas exigências e solicitações que lhe são apresentadas (RIBEIRO, 2001).

A família cristã, idealizada sobre os pilares do casamento indissolúvel e a procriação, estabeleceu a visão sacralizada da família e a idéia de completude da mulher através da maternidade e do homem através da paternidade (HAAG, 2007). O momento atual faz com que se torne mais rara a existência daquela família judaica – cristã tida socialmente como ideal: papai, mamãe e dois filhos a sua imagem e semelhança vivendo juntos, coabitando o mesmo espaço. O casamento não é garantia para uma vida sexual plena, e o objetivo de muitas uniões conjugais já não possui mais como foco a geração de filhos, mas busca-se, além do prazer sexual, uma relação que “presume igualdade na doação e no recebimento emocionais” (GIDDENS, 1993).

Segundo Rodriguez e Paiva (2009), o modelo reconhecido por nossa sociedade é restrito e considera a família no enquadre nuclear-monogâmico, organizada a partir de um casamento heterossexual. Essa representação social de família norteia os padrões educacionais vigentes e segregam as organizações que se opõem a esse imaginário social. Roudinesco (2003) aponta para o surgimento de uma angústia resultante das desordens da família, pois há um temor no sentido de que a família perca a capacidade de transmitir seus próprios valores. Além disso, a abolição da diferença dos sexos é vista por muitos como um indicativo da dissolução da família.

Definir essa instituição passou a ser difícil, devido à sua diversidade. A diluição dos papéis na atualidade, flexibilizando a associação entre função e gênero, e a importância cada vez maior dada aos laços afetivos e às escolhas, propiciam a reinvenção de formas de se relacionar dentro da instituição família (TARNOVSKI, 2002; SANTOS, 2005).

Sobre essa definição do que vem a ser família, encontramos na terapia familiar autores que apresentam conceitos atuais que pretendem incluir as diferentes estruturas com as quais convivemos hoje. É o caso de Minuchin, Lee e Simon (2008) que definem família como um grupo de pessoas conectadas por emoções e/ou sangue, que viveu junto o tempo suficiente para ter desenvolvido padrões de interação e histórias que justificam e explicam esses padrões de interação. Em suas interações padronizadas, os membros da família constroem uns aos outros – pertencimento e individualização.

Sobre o conceito de estrutura familiar, Minuchin, Colapinto e Minuchin (1999, p. 23) afirmam:

Uma família é um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam a estabilidade e a mudança [...] Quando descrevemos as famílias como possuindo uma estrutura, queremos indicar algo mais que um mapa de quem pertence à família. Estamos nos referindo a padrões de interação recorrentes e previsíveis. Esses padrões refletem as filiações, tensões e hierarquias importantes nas sociedades humanas, e têm significado para o comportamento e os relacionamentos [...] A estrutura é o conjunto invisível de necessidades funcionais que organiza o modo como os membros da família interagem entre si e com o contexto.

Um conceito de casal que inclui os homossexuais é o que nos apresentam Osório e Valle (2002), segundo os quais as relações conjugais são aquelas que mantêm homens e mulheres, com o outro ou com o mesmo sexo, por terem estabelecido laços de natureza sexual e afetiva e que os levam a desejar uma vida compartilhada, independente dos fins de procriação da espécie ou da institucionalização dessa união pelos ritos do casamento civil ou religioso. A família homoparental, formada por um casal homossexual, traz uma ameaça ao modelo tradicional familiar. A homoparentalidade é a situação na qual ao menos um adulto

homossexual assume a responsabilidade parental de uma criança. Entretanto, as manifestações da família têm sido plurais e as novas configurações não param de surgir, exigindo um novo olhar a esse respeito. As novas formas de famílias, incluindo as homoparentais, necessitam uma ética que leve em conta suas demandas afetivas. Essa ética deve estar assentada nas diferentes formas de conjugalidade, parentalidade e filiação que configuram um contexto familiar baseado nos laços de afeto (PASSOS, 2005).

A importância da presença da mãe e do pai no desenvolvimento infantil é irrefutável tanto no meio científico como no senso comum. Santos (2005), opondo-se a esse saber instituído, afirma que as funções materna e paterna não se relacionam diretamente com o sexo do indivíduo cuidador, mas com o papel exercido, que pode ser mais feminino, maternal, ou masculino, paternal. Segundo o autor, a função de cuidar está mais relacionada com a personalidade do indivíduo do que ao seu sexo. Apesar da visão desse autor ser polêmica, permite um novo entendimento para as novas configurações familiares, principalmente a família homoparental.

Segundo Osório e Valle (2011), na família contemporânea, em se tratando de um casal com ou sem filhos, os papéis do homem e da mulher, cada vez mais, confundem-se na vida conjugal. Os seres humanos ritualizam, assim, a vida em comum, em torno de prazeres e obrigações compartilhadas, em que desejos e necessidades, assim como direitos e deveres, já não estão vinculados à identidade sexual e sim à condição humana e suas circunstâncias, como, por exemplo, a união de homossexuais. Assim, ser homem ou mulher não define a prontidão para o exercício de papéis conjugais, segundo os autores. A igualdade de direitos, deveres e opções entre os sexos é um dos fundamentos das transformações por que passa a família contemporânea.

A seguir iremos focar o casal homossexual, buscando compreender a homossexualidade no sentido de identificar como se estrutura a relação homoafetiva na sociedade contemporânea.

2.3 CASAL HOMOSSEXUAL

Os discursos elaborados acerca da homossexualidade no percurso da história passaram por várias configurações: ora como uma prática cultural, na Grécia e Roma (IVO; PELIZARO; ZALESKI, 2002; LACERDA, 2001; LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002),

ainda que repudiada nos casos que ofereciam algum risco à ordem social; ora como pecado, na Idade Média, ora como patologia, definida pela medicina no século XIX (MELLO, 2005; TYLOR, 1999). Esses discursos eram mais que explicações ou opiniões individuais, refletiam crenças socialmente aceitas – “verdades” que se apoiavam em “teorias científicas”. Na contemporaneidade, as explicações para a homossexualidade vêm sendo substituídas (MACHADO, 2004) e verifica-se a existência de novos discursos e formas de preconceitos contra homossexuais.

Segundo Bock, Furtado e Teixeira (2008), o homoerotismo é uma escolha realizada pelo indivíduo – criança, adolescente, adulto – que não tem sentido patológico (não é considerada doença ou desvio de comportamento) e, muito menos, moral (uma escolha influenciada por bons ou maus costumes). A autora ressalva que a Organização Mundial de Saúde – OMS reconhece que não se trata de nenhum desvio comportamental ou doença adquirida, ou distúrbio psiquiátrico ou neurológico. Nesse caso, a autora afirma que se trata de uma opção legítima de investimento de afeto e, na sociedade atual, só enfrenta a intransigência e a intolerância de grupos conservadores que não conseguem aceitar uma escolha sexual diferente da considerada padrão.

A homossexualidade é mais uma forma de expressão afetiva que os indivíduos podem vivenciar, baseada na preferência por um tipo de relacionamento afetivo associado com a afinidade sexual e não focado sob o ângulo da priorização da atividade sexual em si (OSÓRIO; VALLE, 2009). Estudos revelam que as famílias homoparentais se diferenciam de outras configurações pelo preconceito sofrido, falta de apoio e aceitação das famílias de origem e círculos sociais (NORGREN; et al., 2004; MOSMANN; WAGNER; FÉRES-CARNEIRO, 2006).

As diversas mudanças ocorridas nas últimas décadas com respeito às relações familiares e conjugais reverberaram não somente na configuração do que hoje se inclui na categoria casal e família, como também na forma de conceituar esses núcleos de relacionamento. Entretanto, apesar de tais mudanças, observa-se a permanência do desejo das pessoas de se relacionarem de forma íntima e amorosa. A pluralidade tem sido a tônica dos nossos tempos, visto que são, cada vez mais, diversas as configurações conjugais que estão longe de estruturar-se a partir do modelo tradicional. É um fenômeno em expansão que vem dando visibilidade a arranjos tais como os casais homossexuais (MOSMANN; LOMANDO; WAGNER, 2010).

Ao mesmo tempo em que a semelhança ou identificação, pelo fato de os homossexuais serem do mesmo sexo, pode aumentar o entendimento entre os parceiros, ela provavelmente também os tornará mais vulneráveis à fusão. Uma segunda e relacionada área de dificuldade origina-se da falta de aceitação que a maioria dos casais homossexuais experencia na família e na cultura em geral, por todo o seu ciclo de vida. Isso aumenta o risco de eles desenvolverem problemas em suas fronteiras, em resposta às reações negativas da família ou da sociedade em relação à sua condição de casal. O estigma de ser homossexual pode levar ao estabelecimento de uma identidade secreta, ou a uma fusão com outros na comunidade gay e ao rompimento com o mundo heterossexual (CARTER; MCGOLDRICK, 2008).

Para Osório e Valle (2009), a verdadeira possibilidade de uma real mudança será a própria auto-aceitação dos indivíduos homossexuais a partir de uma reestruturação interior em que a auto-permissão para viver sem culpa, vergonha, sentimento de inferioridade e de desadaptação fará com que o aspecto social absorva a realidade da vivência da dinâmica conjugal homossexual. Segundo Carter e McGoldrick (2008), em relação a essa não aceitação familiar e da sociedade, está a falta de rituais normativos para os homossexuais, conforme eles avançam no ciclo de vida.

Certos tipos de situações são mais propensas de serem trazidas à tona pela população gay do que talvez por qualquer outro grupo de pessoas. Entre elas, podemos incluir sentimentos de solidão, invisibilidade das relações, falta de modelos de papéis no relacionamento, abuso de substâncias tóxicas, extrema confiança no sexo como forma de relação afetiva (genitalização dos sentimentos), administração dos limites pessoais, assuntos sexuais a serem resolvidos com antigos parceiros e a disponibilidade dos recursos do casal (PAPP, 2002).

Os problemas sistêmicos que cercam a formação de casais geralmente são semelhantes, independentemente do contexto dos problemas. Carter e McGoldrick (2008) encorajam os casais a assumirem uma perspectiva mais ampla, não tentando transformar a aceitação de seu casamento num evento sim-ou-não, mas trabalhando gradualmente ao longo do tempo para construir pontes para que a família se aproxime. Segundo as autoras, outras transições do ciclo de vida, particularmente nascimentos e mortes, frequentemente criam uma alteração no equilíbrio familiar, que permite redefinições do status familiar para o casal.

Como aponta Roudinesco (2003), a família contemporânea tem funcionado e vem garantindo a reprodução das gerações. A realidade de algumas novas configurações familiares

é recente, portanto teremos que esperar alguns anos para conhecer mais sobre essas e compreender suas angústias e conflitos, suas peculiaridades e necessidades.

As discussões acerca da negação do direito aos homossexuais de constituir família, na qualidade de cidadãos, perpassaram as esferas dos direitos humanos fundamentais, uma vez que lhes eram negados esse direito, ainda que os pares possuíssem vínculos afetivos-sexuais estáveis. Para Mello (2005), tais posturas diziam respeito a atos de discriminação e exclusão social.

Machado (2004) afirma que os estudos da psicologia sobre as “visões sociais de discriminação” têm como foco principal o preconceito e os estereótipos. Tais construtos estariam ao nível de consciência individual e coletiva. Assim, Jones (1972) definiu preconceito como um “pré-julgamento” negativo acerca de um grupo social, quer seja uma raça, religião, entre outros. Entretanto, os preconceitos não são apenas crenças distorcidas e um posicionamento afetivo contra determinado grupo social (MACHADO, 2004), mas envolve comportamentos em situações concretas de discriminação. A multiplicidade de formas revelada pela família hoje exige flexibilidade para assegurar que posições pré-concebidas ou preconceituosas não prejudiquem a compreensão dos distintos laços que estruturam as famílias. Assim, como Passos (2005), apontou a necessidade da compreensão e flexibilidade diante dos novos formatos familiares, a autora também atentou para a necessidade de uma nova ética para essas novas configurações familiares, para que, assim, todos os sujeitos estejam protegidos pela mesma lei.

Segundo Zuanazzi-Tomazzoni (2003), dezenas de países, a maioria deles na África e no sul da Ásia, consideram a homossexualidade um crime. As penas mais comuns são chibatadas, como no Chipre, ou prisão, no Burundi. Mauritânia, Arábia Saudita, Sudão, Irã e Iêmen punem o homossexualismo com pena de morte. Em agosto de 2010, o Irã condenou à morte Ebrahim Hamidi, 18 anos, por ser homossexual. Segundo seu advogado, Hamidi foi torturado, e o rapaz disse que mentiu no interrogatório.

2.3.1 A legislação sobre o casal homossexual

Segundo o Censo, o número de relacionamentos gays representa 0,16% da população brasileira se for comparado aos 37.487.115 casamentos entre os heterossexuais. A região Sudeste concentra mais da metade dos registros de casais homossexuais. Ao todo, o IBGE contabilizou 32.202 relacionamentos de pessoas do mesmo sexo no Brasil. A maior parte está no estado de São Paulo, que registrou 16.872. Em seguida, aparece o Rio de Janeiro, com

10.170. Minas Gerais possui 4.098 e, o Espírito Santo, 1.062 relações. Dos 60.002 casais declarados gays, os estados do Nordeste agrupam 12.196. A Bahia lidera o ranking na região, com 3.029. Ceará e Pernambuco têm 2.620 e 2.571, consecutivamente. Depois, a lista segue com os estados do Rio Grande do Norte (982), Paraíba (885), Maranhão (717), Sergipe (440) e Piauí (312) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

No Brasil, em 05 de maio de 2011, a união homoafetiva foi reconhecida por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal (PLC 122, 2013), segundo a qual os casais homossexuais podem registrar sua parceria como união estável e ter acesso aos mesmos direitos de casais heterossexuais, como fazer declaração de Imposto de Renda em conjunto, registrar os parceiros como dependentes no plano de saúde, garantir a eles direito a herança, indicá-los ao INSS e a empresas de previdência privada como beneficiários de pensões e aposentadorias e adotar crianças. Em maio de 2011, por unanimidade, 10 ministros do Supremo Tribunal Federal – STF reconheceram legalmente a união de pessoas do mesmo sexo. Até a decisão do Supremo, poucos casais gays haviam conquistado direitos com base em decisões isoladas. A decisão do Supremo cria uma orientação geral a ser seguida (LOYOLA; MAIA, 2011).

O projeto de lei - PLS 612/2011 de autoria da senadora Marta Suplicy, que inclui na lei união civil de casal homossexual está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa, o projeto que altera o Código Civil para reconhecer a união estável entre casais do mesmo sexo e para possibilitar a conversão dessa união em casamento. Esse projeto de lei (PLS 612/2011) altera os arts. 1.723 e 1.726 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. Art. 1.726. A união estável poderá converter-se em casamento, mediante requerimento formulado dos companheiros ao oficial do Registro Civil, no qual declarem que não têm impedimentos para casar e indiquem o regime de bens que passam a adotar, dispensada a celebração (BRASIL, 2011, p. 1).

Atualmente, a Lei 10.406/2002 do Código Civil limita o reconhecimento a relacionamentos entre homem e mulher. A proposta determina ainda que a união estável poderá converter-se em casamento, mediante requerimento formulado pelos companheiros ao oficial do registro civil, no qual declarem que não têm impedimentos para casar e indiquem o regime de bens que passam a adotar, dispensada a celebração. Mas Marta Suplicy argumenta

que a segurança jurídica em relação à matéria somente ocorrerá com a previsão do direito no Código Civil, conforme proposto no PLS 612/2011 (ALTAFIN, 2012).

2.3.2 Preconceito e discriminação

A partir do século XIX, o Ocidente viu nascer uma abordagem médica que começava a tratar as relações entre pessoas de mesmo sexo como doença, desvio ou disfunção sob o conceito de homossexualismo. Os primeiros gays e lésbicas assumidos reagiram, mas não conseguiram evitar que, da segunda metade do século XIX à segunda metade do século XX, o homossexualismo fosse visto como doença ou desvio pela ciência. Em 1969, iniciou o movimento de libertação gay, quando gays, lésbicas, travestis e simpatizantes decidiram se revoltar contra a polícia em Nova Iorque, exigindo respeito por seus direitos, como cidadãos e seres humanos. O movimento gay estimulou estudiosos a analisar a questão e, subsequentemente, comprovou-se, por meio de uma série de estudos científicos, que o homossexualismo não era, afinal, doença e não se encaixava nos critérios utilizados para se definir um desvio mental ou sexual (BERRIOS, 2008).

Segundo Pereira (2000), em 1973, estava em uso a segunda revisão do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais), que havia sido lançada em 1968. O DSM é um manual de doenças mentais publicado pela American Psychiatry Association – APA (Associação Americana de Psiquiatria), que tem a função de auxiliar os psiquiatras nos diagnósticos dessas doenças. Apesar de ser americano, esse manual é largamente utilizado em outros países, inclusive no Brasil. Assim como a primeira, a segunda versão considerava a homossexualidade uma doença mental. A evolução culminou com a resolução da APA, em 1973, orientando os psiquiatras a não considerarem aquela classificação. Em 1974, a decisão dos diretores foi submetida à assembleia dos demais associados e aprovada. Já em 1980, foi publicada a terceira versão, o DSM-III, que trouxe algumas modificações no texto relacionadas à homossexualidade. A homossexualidade, em si, já não constava como doença mental, mas havia um caso específico: constava a homossexualidade egodistônica, que era quando a pessoa tinha desejos predominantemente orientados para o mesmo sexo, mas, por não se aceitar, buscava uma "reorientação" vivendo de um modo hetero. Em 1987, o DSM-III passou por uma revisão, que resultou no DSM-III-R. Nessa revisão, a homossexualidade egodistônica deixa de constar do manual como um diagnóstico, porque, segundo a APA, todos os homossexuais, nos Estados Unidos, passam por essa fase em algum momento. Em 1994, uma

nova edição do DSM foi publicada, o DSM-IV. Essa é a versão atualmente usada e não faz qualquer referência à homossexualidade. O que o DSM-IV registra é uma categoria denominada "Transtorno Sexual sem Outra Especificação", no qual se inclui, entre outros, um sofrimento persistente e acentuado quanto à orientação.

A Organização Mundial da Saúde - OMS edita um manual de doenças, denominado Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID. É uma publicação bem mais ampla, pois aborda problemas de saúde de diversas áreas, e não apenas aquelas relacionadas à psicologia ou à psiquiatria. Até a CID-9, publicada em 1975, a homossexualidade constava no catálogo, no capítulo dos Distúrbios e Desvios Sexuais. O código do capítulo era 302 e o referente à homossexualidade, 302.0. Entretanto, ao longo dos trabalhos para a edição da CID-10, publicada em 1992, a OMS concluiu que a homossexualidade estava deixando de ser considerada uma doença ou desvio. Por isso, em 1985, quando os trabalhos para o CID-10 ainda não estavam concluídos, a OMS publicou uma circular, na qual dizia que o "homossexualismo", conceito então oficialmente substituído em favor de homossexualidade, deveria não mais constar do capítulo 302, dos Distúrbios e Desvios Sexuais, mas do capítulo V62.4, que tratava dos Sintomas Decorrentes de Circunstâncias Psicossociais. Em outras palavras, a homossexualidade, na prática, deixava de ser uma doença *per se*, mas um sintoma de desajuste ligado a fenômenos sociais. Em maio de 1990, os trabalhos da CID-10 já estavam concluídos e o resultado foi submetido a 43a. Assembleia da OMS e aprovado.

Atualmente, a CID está em sua 10ª versão (CID-10) e não registra a homossexualidade. Em 1985, antecipando-se à publicação da CID-10 pela OMS, o Conselho Federal de Medicina - CFM deixou de considerar a homossexualidade uma doença e orientou os médicos brasileiros (inclusive psiquiatras) a não mais usarem a classificação 302.0 da CID-9. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia - CFP orientou todos os psicólogos a não considerarem a homossexualidade um desvio ou doença e a não oferecerem tratamentos visando à sua "cura". Lembremos que a polêmica em torno da cura da orientação homossexual possui no Brasil intensa afinidade com a ascensão do discurso religioso conservador e com a crescente pragmática de resultados e eficácia de curas que tal discurso veio a produzir no país nos anos 1980-2000 (BERRIOS, 2008).

Segundo Dunker, Ingo e Fuad (2010), a discussão gerada pela inclusão/exclusão da homossexualidade na classificação das doenças levou a Associação Psiquiátrica Americana a

criar um conceito geral para transtornos mentais, em meio a um grande malabarismo retórico saiu:

[...] Nem desvio de comportamento, por exemplo, político, religioso ou sexual, nem os conflitos que são primariamente entre o indivíduo e a sociedade são considerados transtornos mentais, a menos que o desvio ou conflito seja um sintoma de uma disfunção na pessoa [...] (DSM III-R, APA, 1987).

Consequentemente, nas últimas duas décadas, progressivamente, a visão da homossexualidade como doença deixou de ser externado pelos profissionais da área, o que não quer dizer que não siga presente dentro do “armário” das convicções pessoais.

Em recente entrevista a uma revista de grande circulação nacional, a psicóloga, ao ser indagada se acredita que os homossexuais sofram de distúrbio psicológico, afirma: “O Conselho Federal de Psicologia não quer que eu fale sobre isso. Estou amordaçada, não posso me pronunciar. O que posso dizer é que eu acho o mesmo que a Organização Mundial de Saúde. Ela fala que existe a orientação sexual egodistônica, que é aquela em que a preferência sexual da pessoa não está em sintonia com o eu dela. Essa pessoa queria que fosse diferente, e a OMS diz que ela pode procurar tratamento para alterar sua preferência. A OMS diz que a homossexualidade pode ser um transtorno, e eu acredito nisso” (DUNKER; INGO; FUAD, 2010).

Como vimos na história do DSM, a questão das discussões acerca da presença da homossexualidade como categoria diagnóstica é bastante polêmica. Pereira (2000) considera que esses episódios históricos são ilustrativos do vigor e da fragilidade do jeito estritamente pragmático de se abordar os fenômenos relacionados ao sofrimento psíquico.

2.3.3 A homossexualidade segundo as religiões

A tradição milenar judaica, da qual deriva o cristianismo, rejeitava a possibilidade de dois homens se relacionarem sexualmente. O cristianismo absorveu essa condenação e, embora nos primeiros séculos da era cristã, tenha havido tolerância em várias partes do Império Romano quanto ao homoerotismo, a condenação de relações entre pessoas de mesmo sexo consolidou-se a partir do século XII. A igreja católica e, mais tarde, as protestantes difundiram no Ocidente e no restante do mundo uma cruel homofobia (aversão a homossexuais), que tratou as relações homossexuais primeiro como pecado, depois como crime social a ser combatido pelo Estado (DUNKER; INGO; FUAD, 2010).

Segundo Zuanazzi-Tomazzoni (2003), o Conselho Pontifício do Vaticano para a Família organizou um novo glossário que se refere à homossexualidade como uma condição

sem qualquer valor social. O glossário, que chegou em 2003 às livrarias na Itália, defende as posições do Vaticano em relação ao aborto, preservativos, controle de natalidade, manipulação genética, além da homossexualidade, que ganhou uma seção inteira no Léxico. O livro defende, na seção intitulada “Homossexualismo e Homofobia”, a idéia de que a atração por pessoas do mesmo sexo tem origem num conflito psicológico não resolvido e afirma que aqueles que querem garantir igualdade de direitos aos homossexuais negam um problema psicológico que volta a homossexualidade contra o tecido social. Em outro ponto do Glossário, os cidadãos que moram em países onde o casamento gay é permitido são descritos como pessoas com mentes profundamente perturbadas. Ainda de acordo com o Léxico, todas as críticas, todas as reflexões sobre a homossexualidade são vistas quase como uma blasfêmia, comparadas a um crime: o crime da homofobia. O Glossário foi definido pela comunidade gay, que reagiu à sua publicação, como uma nova cruzada antigay.

A Igreja Católica Apostólica Romana defende que a expressão apropriada da sexualidade deve ser feita dentro de um casamento monogâmico e heterossexual, afirma Dom Orlando Brandes, da Comissão para a Vida e Família da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Segundo ele, a entidade considera a prática da homossexualidade contra a lei de Deus, mas defende que todos sejam tratados com respeito, compaixão e sensibilidade por padres e fiéis. Em maio de 2010, o papa Bento XVI disse que o casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma das mais perigosas ameaças que o mundo enfrenta, pois se opõe ao bem comum e à família baseada no matrimônio indissolúvel entre um homem e uma mulher. Segundo o Sheikh Jihad, presidente do Conselho de Ética da União Nacional das Entidades Islâmicas, apesar de a atração homoafetiva não contrariar, necessariamente, a Charia (lei islâmica que governa as ações físicas, mas não os sentimentos e pensamentos), o sexo entre as pessoas do mesmo gênero viola o Corão e é passível de punição (NATIVIDADE, 2007).

Para Neves (2010), o Antigo Testamento define o sexo entre dois homens como abominação. Hoje, porém, as diferentes correntes do judaísmo discutem se é uma questão biológica ou de escolha. Como não há consenso, a tendência é orientar os judeus a não ter relações homossexuais, afirma o rabino Ruben Sternschein, da Congregação Israelita Paulista. Mas gays são aceitos nas sinagogas, e muitas congregações fazem campanha anti-homofobia. No Brasil, a maioria dos protestantes está em igrejas pentecostais ou neopentecostais, mais conservadoras. Para o reverendo Augusto Nicodemus Gomes Lopes, chanceler da Universidade Presbiteriana Mackenzie, as medidas legais que surgiram visando beneficiar homossexuais foram tomadas sem observar o interesse público e o bem comum. As Escrituras

Sagradas, diz ele, ensinam que Deus criou a humanidade com uma diferenciação sexual e com propósitos heterossexuais específicos. Existem, porém, ramos abertos à homossexualidade, como o anglicanismo. A Igreja Anglicana do Reino Unido e dos Estados Unidos têm arcebispos gays.

Onze países reconhecem o casamento homoafetivo com plenos direitos: África do Sul, Bélgica, Canadá, Espanha, Holanda, Islândia, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Argentina. O direito também existe nos Estados Unidos (cinco estados e capital federal) e no México (capital). No Uruguai, a lei permite a união civil. A Argentina foi o primeiro país da América Latina a conceder o direito ao casamento. A aprovação da lei, em julho de 2010, ocorreu após 16 horas de sessão no Senado. A votação, de 33 votos contra 27, polarizou opiniões. Líderes da Igreja participaram de protestos, mas 70% dos argentinos eram a favor do projeto, de acordo com uma pesquisa feita pela consultoria Analogías a pedido do governo. O primeiro casal a celebrar a união civil amparado na nova lei, naquele país, era formado por dois homens: o arquiteto José Luís David Navarro, 54, e o aposentado Miguel Angel Calefato, 65. Eles estavam juntos havia 27 anos (NEVES, 2010).

Natividade (2007) afirma que as religiões cristãs vem historicamente manifestando-se de forma contrária às políticas de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT. O mesmo autor sustenta que grupos religiosos brasileiros não têm apenas se oposto sistematicamente em relação ao reconhecimento e à visibilidade das minorias sexuais, como tem adotado a estratégia de dificultar a tramitação que garantiria direitos aos LGBTs, tais como o projeto que criminalizaria a homofobia no país.

A seguir iremos focar a Constituição Brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA visando discutir os critérios para adoção de uma criança que viverá numa relação homoafetiva, buscando compreender como a legislação brasileira tem visto a questão da adoção por homossexuais.

2.4 LEGISLAÇÃO: CRITÉRIOS PARA ADOÇÃO DE UMA CRIANÇA QUE VIVERÁ COM PESSOAS QUE TÊM UMA RELAÇÃO HOMOAFETIVA.

As mudanças ocorridas na configuração familiar ao longo da história vêm ampliando a concepção do termo família. Os novos arranjos não devem ser entendidos como decorrentes de uma crise na instituição “família”, mas como reflexo de mudanças na sociedade. No que se

refere à questão da adoção de crianças por pares homoafetivos, há que se considerar os vários fatores intrínsecos, entre os quais se destaca o preconceito.

O conceito de família trazido pela Constituição Brasileira de 1988 foi uma tentativa de acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade (COSTA, 2011). Nessa nova definição, a família compreende a união relativamente estável entre homem e mulher, e comunidade constituída por “qualquer um dos pais e seus descendentes”, tendo o homem e a mulher os mesmos direitos e deveres conjugais (TORRES; FALCÃO, 2005). Atualmente, se verifica um contingente significativo de uniões conjugais formadas por pares homoafetivos, os quais não estão compreendidos na nova definição de família da Constituição Brasileira. No entanto, os membros das relações conjugais homoafetivas se autodefinem como famílias e exigem não apenas o direito à cidadania ao nível individual, mas também o direito à constituição de famílias enquanto sujeitos sociais e, portanto, responsáveis pela educação e socialização de filhos, quer biológicos, quer adotivos (MELLO, 2005).

O interesse por novas práticas de atendimento à infância e à adolescência foi mais estimulado a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 13 de julho de 1990. Esta lei federal versa sobre as questões da infância e adolescência e pressupõe a necessidade de implementação e implantação de políticas públicas que garantam os direitos dessa parcela da população. O artigo 19 do ECA é um dos exemplos dessa nova filosofia, pois, ao definir a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, garante-lhes a convivência familiar e comunitária. Ressalta o artigo: “Toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990, p. 4). Nesse contexto, a adoção apresenta-se como uma forma viável e legal de estabelecimento de relações filio-parental. Contudo, os mecanismos jurídicos ainda não atendem, de forma efetiva, ao segmento que deles necessitam, sejam crianças ou adolescentes que aguardam por adoção, sejam pais e mães adotivos em potencial que não se inscrevem, entretanto, nos processos de seleção, por receio de serem discriminados ou reprovados. O sentimento de suposta rejeição dos adotantes baseia-se no fato de que estes acreditam não serem portadores das características consideradas “normais” no âmbito da sociedade heteronormativa que divulga um padrão estereotipado de família ideal (ALMEIDA, 2008).

Segundo o autor acima, as mudanças ocorridas nos conceitos de adoção articulam-se às transformações ocorridas na família ao longo da história e às preocupações com a infância, quando esta passou a gozar de maior interesse e cuidados por parte da sociedade moderna.

Tais mudanças passaram a exercer influências também na legislação, conforme observado em adoções realizadas por pessoas solteiras ou por casais separados. A adoção por homossexuais, embora muito propagandeada, ainda não se efetiva de forma consistente no âmbito da Justiça. A adoção efetivada pelo casal ou parceria homossexual é bastante rara, tendo-se conhecimento apenas de dois casos até o momento no Brasil: um em Catanduva, interior do estado de São Paulo, e outro efetivado no estado do Rio Grande do Sul. No caso de adoção homossexual, o que é muito praticado é a adoção monoparental, ou seja, apenas um dos membros da parceria conjugal torna-se o requerente no processo judicial.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), não há artigo que proíba a adoção de crianças por homossexuais; todavia, uma vez que a união destes não é considerada família, a adoção só seria possível a nível individual, ou seja, por um dos pares. Por outro lado, crianças e adolescentes têm o direito à convivência familiar e comunitária, ou seja, enquanto atores sociais possuem o direito ao estabelecimento de vínculos afetivos e sociais. Assim, faz-se necessário ampliar e superar os debates concernentes à adoção, família e prática sexual.

A abrangência da discussão do tema passa também pelo interesse das famílias constituídas por homossexuais na adoção de crianças. Na escalada de sua luta por reconhecimento de direitos sociais, essas novas famílias buscam, com maior ênfase, a possibilidade do exercício da homoparentalidade (UZIÉL, 2007). Segundo o autor, dentre as três possibilidades de uma pessoa homossexual ser pai/mãe – seja tendo tido filhos em uma união heterossexual anterior, seja através das tecnologias reprodutivas, seja pela adoção – verifica-se que a última constitui-se no modo mais discutido abertamente na sociedade. A adoção tem por objetivo principal favorecer a inserção de uma criança em uma entidade familiar, sendo esse o entendimento das diretrizes atuais das convenções de direitos internacionais da criança, como o melhor para o seu desenvolvimento. Para tanto, são pontos de partida o rompimento dos vínculos da criança com a sua família de origem e a disponibilidade e o desejo de um adulto de ser pai ou mãe.

O ECA (BRASIL, 1990) norteia que, no processo de adoção, deve-se considerar como prioridade as reais vantagens para o adotando. Destarte, a adoção, quer por homossexuais, quer por heterossexuais, apresenta-se como uma via real de inclusão e respeito aos direitos da criança e/ou adolescente (ALVES et al., 2007).

Ao descrever as condições para a habilitação de candidatos para a adoção de crianças, o ECA aponta de forma vaga os impedimentos com relação à adoção (BRASIL, 1990).

Homens e mulheres, pela orientação sexual, não sofrem qualquer restrição, tampouco qualquer benefício especial. O melhor interesse da criança deve ser o norteador dos profissionais encarregados de buscar para ela as alternativas de reinserção familiar e social. Muitos são os aspectos a serem enfocados nas famílias candidatas: as motivações de cada família (explícitas e implícitas); a estabilidade e a estrutura psíquica e emocional de cada um dos seus integrantes; experiências familiares e de vida; crenças e expectativas com relação ao filho a ser adotado; compreensão dos aspectos relacionados à adoção e à história anterior do adotado. Sabemos que as crianças disponíveis para adoção, em sua maioria, tiveram em sua história vivências traumáticas, que, provavelmente, desencadearão comportamentos e reações comportamentais decorrentes de experiências de privação e maus-tratos (REPPOLD; CHAVES; NABINGER; HUTZ, 2005).

No entanto, como afirma Hamad (2002), entre o direito à adoção e a adoção propriamente dita, há uma distância que não deve ser ignorada, porque estamos lidando com sujeitos tomados pelo desejo de ter uma criança, e a experiência ensina-nos que os adotantes, sejam eles quem forem, onde estiverem e de qualquer orientação sexual, podem ter idéias muito fechadas sobre a criança que desejam acolher, o que pode fazê-los entender o Art. 29. *“Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado”* (BRASIL, 1990).

O outro aspecto a ser considerado no panorama atual das práticas de adoção é a chamada adoção tardia, cada vez mais freqüente e mais aceita em nossa cultura. Esta implica na necessidade de instauração de vínculos de filiação e afiliação bastante elaborados e que exigirão, tanto dos pais quanto da criança, capacidades psíquicas igualmente elaboradas. É importante saber e compreender destas crianças, com marcas importantes de rechaço e abandono, se elas já foram capazes de fazer o luto com relação a sua família de origem e quais são as suas expectativas e desejos com relação a uma nova família adotiva, de forma a estabelecer, com outros adultos, o eixo narcísico de sua nova filiação. Isso se coloca tanto para casais homossexuais quanto para casais heterossexuais (GOLSE, 2004).

A maioria dos autores concorda que a homoparentalidade enfrenta atualmente as mesmas restrições e preconceitos sociais que o divórcio enfrentou na década de 1970. Vários são os fatores que podem entravar o processo de filiação adotiva de uma criança que vive uma passagem para uma nova vida. É importante que sejam consideradas, anteriormente à adoção, as capacidades, tanto da criança quanto dos adultos envolvidos, de organização e reconstrução

de vínculos familiares (CRINE; NABINGER, 2004). Segundo os autores, esse é um trabalho árduo e profundo a ser realizado na fase pré-adoativa e no acompanhamento dos estágios iniciais da adoção, independentemente da orientação sexual das pessoas interessadas na adoção de crianças e adolescentes.

Da mesma forma, a superposição desses complexos contextos – homoparentalidade, adoção e adoção tardia – propõe novos desafios às equipes de saúde mental e aos pesquisadores. O preparo das equipes profissionais no atendimento dessas famílias passa a ser então uma condição importante para o sucesso da adoção e para a prevenção do seu fracasso, este, sim, todos concordam, sendo altamente prejudicial e corrosivo ao desenvolvimento infantil (NABINGER; CHAVES, 2005). Para esses autores, é importante que os profissionais envolvidos – assistentes sociais, psicólogos, juízes, promotores, conselheiros tutelares, pessoas que trabalham em abrigos e todos os demais que fazem parte da rede de atendimento – possam buscar formação específica na área e aprofundar as discussões que concernem ao tema da adoção, procurando depurar as idéias pré-concebidas e os preconceitos.

No Brasil, uma das garantias previstas para heterossexuais em união estável é a possibilidade de adotar filhos. Até esse momento, o Supremo Tribunal Federal (STF) não se manifestou sobre o tema em relação a casais gays. Mas especialistas entendem que eles têm o mesmo direito. De acordo com o juiz Roger Raupp Rios, embora o STF não tenha mencionado expressamente o tema, tal direito foi reforçado pelos ministros. “Como pessoas vivendo em união estável podem se candidatar à adoção, os casais do mesmo sexo vivendo em união estável também podem”, afirma. O juiz destaca que já havia entendimento favorável em parte do Judiciário em função de um julgamento do Superior Tribunal de Justiça - STJ (MARIZ, 2011, p. 7).

Em 2010, segundo Mariz (2011), o STJ manteve o registro de adoção de duas crianças por um casal de mulheres de Bagé - RS. O juiz Rios afirmou que alguns tribunais continuam negando, mas com a decisão do Supremo, essa resistência tende a ser menor. Ele ressalta ainda que viver em união estável não é o único requisito para a adoção e que como um casal heterossexual, os companheiros do mesmo sexo passarão por uma análise criteriosa da Justiça em relação às condições de cuidar de uma criança.

Segundo Castro (2008), quando um casal homoafetivo decide pela adoção e preenche todos os requisitos, um(a) dos(as) dois(duas) tem de escolher qual deles(as) formalizará o pedido de paternidade/maternidade da criança. Uma criança adotada em guarda única só receberá direitos relativos ao pai/mãe que tem a sua guarda. Entretanto, após a adoção, os(as)

dois(duas) educam e criam-na juntos, como acontece com um casal heteroafetivo. Conclui-se então, segundo o autor, que a dificuldade da sociedade jurídica brasileira está em aceitar a existência de famílias homoafetivas. Negar ao par homossexual o direito à convivência familiar e não reconhecer a existência de pais do mesmo sexo é só uma questão de tempo. A criança é parte integrante e ativa do processo de adoção e não pode nunca ser “coisificada” ao longo do processo, como se fosse uma mercadoria, mesmo que preciosa.

Quanto ao casal homoparental, é fundamental pensar o quanto os dois se envolvem na adoção, e posterior à adoção, o nível de interferência e o papel de cada um no cuidado com a criança. Estudos anteriores já mostraram que as famílias homoparentais configuram um contexto familiar baseado nos laços de afeto (PASSOS, 2005; TARNOVSKI, 2002). A família, do ponto de vista do indivíduo e da cultura, é um grupo tão importante que, na sua ausência, dizemos que a criança ou o adolescente precisa de uma família substituta ou deve ser abrigado em uma instituição que cumpra as funções materna e paterna, isto é, as funções de cuidado e de transmissão de valores e normas culturais – condição para sua posterior participação na coletividade (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA 2008).

Em pesquisa com um casal homoafetivo feminino que adotou uma criança, Duran (2004) teve como objetivo conhecer a dinâmica de uma família formada por um casal homossexual feminino, uma filha biológica e um filho adotivo, com vistas a um melhor conhecimento do funcionamento dessa estrutura familiar. O pesquisador buscou conhecer o padrão de relacionamento do subsistema conjugal e parental nos aspectos de comunicação verbal e não-verbal, vínculos afetivos e papéis familiares, divisão de responsabilidades e relação com os filhos, bem como investigou a relação do sistema familiar com as famílias de origem e outros sistemas sociais. Duran pôde observar uma tendência a repetir o modelo heterossexual, até mesmo na divisão de papéis e na preocupação em proporcionar uma figura masculina com a qual o filho adotivo pudesse identificar-se. Também houve a reflexão do casal sobre a forma como ele seria indagado pelos coleguinhas sobre o pai. O casal acreditava que o padrinho pudesse desempenhar esse papel, indo à escola no dia dos pais e orientando a criança, em situações que uma mulher não saberia responder. Duran (2004) ressalta que o preconceito social expresso no ambiente em que as crianças viverão é o que se afigura o mais problemático, a demandar um ajustamento psicológico dessas crianças, evitando-se que o ônus seja demasiado quando fora do núcleo familiar; caso contrário, gerar-se-ia uma possível revolta nessas crianças.

Evidencia-se a necessidade do fomento de mecanismos psicossociais e jurídicos que contribuam para a elucidação desta temática complexa e dinâmica na sociedade contemporânea. Neste cenário, faz-se necessária a inserção de investigações e intervenções acerca dos aspectos psicossociais, afetivos e jurídicos do processo de adoção no contexto da homossexualidade, para que profissionais de saúde e juristas atuem com o escopo de promover o bem-estar aos adotantes e aos adotados.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o processo que leva a decisão de adotar uma criança por um casal homossexual.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conhecer a estrutura de uma família formada por um casal homossexual masculino que pretende adotar uma criança, identificando seus membros, gênero, idade e papéis.

Conhecer a história de vida do casal a partir de sua formação e sua relação com as famílias de origem e amigos.

Identificar os sentimentos que levaram o casal homossexual a desejar torna-se pais por adoção.

Conhecer o significado da adoção para o casal.

Conhecer as expectativas do casal em relação à formação e educação da criança a partir da sua socialização no convívio familiar e social.

4 MÉTODO

O estudo em questão foi desenvolvido utilizando a pesquisa qualitativa, de acordo com González Rey (2010), que se desprende da concepção de produção de conhecimento de forma linear e se debruça no processo/construção dessa produção.

A pesquisa qualitativa é caracterizada como um procedimento personalizado e dinâmico de investigação. Gonzáles Rey (2010, p. 29) defende que a pesquisa qualitativa se apresenta como um caminho que favorece a elaboração de modelos teóricos que são capazes de “articular diferentes categorias entre si e de gerar inteligibilidade sobre o que se pretende conhecer na pesquisa científica”. Na pesquisa qualitativa os participantes tem a oportunidade de falar sobre as vivências que podem gerar reflexão e expressão emocional, como formas de comunicar os seus sentidos subjetivos. Esses conteúdos subjetivos são os indicadores essenciais na construção da lógica construtivo-interpretativa e norteiam a pesquisa, através da construção da informação a partir dos modelos teóricos (GONZÁLES REY, 2005).

Na pesquisa realizada utilizamos o estudo de caso, que possibilitou o conhecimento de forma mais aprofundada. De acordo com Ventura (2007), o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações enfocando vários níveis: social, biológico, psicológico, cultural e econômico. O estudo de caso considera a subjetividade como parte integrante da singularidade do fenômeno social e trabalha com o universo dos significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, ou seja, o espcio mais profundo das relações. Segundo González Rey (2002), o estudo de caso não deve ser utilizado apenas como forma de obtenção de dados complementares, mas como um momento fundamental para a produção de conhecimento.

4.1 PARTICIPANTES

Para a realização deste estudo de caso, foi convidado um casal homossexual masculino. O casal foi escolhido por conveniência e interesse em participar da pesquisa. Foi identificado por meio de indicação de pessoa conhecida da pesquisadora, contatado por telefone e convidado para participar do estudo. Gostaríamos de salientar que houve dificuldade para identificação dos participantes. Inicialmente fizemos contato com a Vara da Infância e da Adolescência - DF, onde um único casal homossexual masculino que estava com o processo de adoção em andamento se recusou a participar da pesquisa. Posteriormente, através da pessoa conhecida da pesquisadora, foi feito contato com todos os coordenadores das associações LGBT's das capitais do Brasil. Quando havia casais disponíveis a participar da pesquisa, os mesmos não tinham o perfil adequado. Houve também casos em que o casal aceitava, de início, mas desistia quando era marcado por temer a exposição do casal, mesmo tendo sido explicitado sobre a ética da pesquisa, e preocupação em comprometer o andamento do processo da adoção. Depois de aproximadamente três meses de busca pelo casal homossexual masculino, foi possível fazer contato com Kleber e Gabriel, que aceitaram participar da pesquisa. É importante ressaltar que todos os nomes utilizados neste trabalho são fictícios, a fim de proteger a identidade dos participantes da pesquisa e assegurar o sigilo.

O casal participante é composto por Kleber, 45 anos, professor universitário, mestre em educação; e Gabriel, 47 anos, professor universitário, mestre em ciência política. Residem em uma Região Administrativa de classe média alta do Distrito Federal e possuem casa própria. A renda do casal é de aproximadamente R\$15.000,00 (quinze mil reais). O casal diz não ter religião, mas acredita em Jesus Cristo.

4.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Foram utilizados os seguintes instrumentos para levantamento dos dados do presente estudo: 1 - Roteiro de entrevista semi-estruturado do ciclo de vida familiar (Apêndice A); 2 –

Roteiro para realização da técnica de colagem (Apêndice B); 3 – Genograma (vide figuras 1 e 2).

4.2.1 Roteiro de entrevista semi-estuturado do ciclo de vida familiar

A entrevista é uma técnica frequentemente utilizada nas ciências sociais, se configura como um instrumento que favorece a interação social, uma vez que o investigador se coloca frente ao participante com o intuito de obter informações que respondam aos objetivos de sua investigação (GIL, 2010). Demo (2009) afirma, que a entrevista semiestruturada é uma modalidade de entrevista no qual o pesquisador se norteia por um roteiro flexível, que possibilita a exploração de aspectos relevantes, desenvolvendo uma compreensão da história de vida, com perspectivas de passado, presente e futuro, numa análise e discussão dessas relações.

Os dados levantados por meio da entrevista do ciclo de vida familiar nos auxiliou a conhecer a história de vida do casal e suas famílias de origem, bem como o relacionamento do casal com amigos. O roteiro foi construído com o objetivo de investigar os seguintes aspectos e dimensões de cada família estudada: 1-) Relacionamento do casal – formação e história do relacionamento; 2-) A decisão de adotar um filho; 3-) As providências tomadas para a adoção; 4-) A criação/educação do filho; 5-) Expectativas quanto ao futuro da família. Cada um desses itens possui várias questões abertas (vide apêndice A) objetivando o aprofundamento dos dados relacionados à dinâmica familiar e suas diferentes dimensões e momentos do ciclo de vida.

4.2.2 Colagem

A colagem é uma técnica da terapia de abordagem sistêmica utilizada com a finalidade de facilitar a expressão não-verbal da percepção dos membros familiares sobre o próprio grupo familiar e sua dinâmica (OTTO, 2007).

4.2.3 Genograma

O genograma é uma imagem gráfica da estrutura familiar cuja finalidade é o registro de informações a respeito dos membros da família e de seu relacionamento ao longo de três gerações (CARTER; MCGOLDRICK, 2008). Esse instrumento fornece uma visão do contexto atual e histórico da família. O genograma permite esquematizar as grandes etapas do

ciclo de vida familiar, além dos movimentos emocionais a ele associados. Esse instrumento auxilia na elucidação do ciclo de vida familiar e seus eventos mais importantes. Foi elaborado o genograma de cada família de origem do casal, pela pesquisadora, juntamente com o casal.

Material utilizado

Para a realização das entrevistas foram utilizados os seguintes materiais: gravador de voz portátil, bloco de anotações, caneta, lápis, borracha. Para elaboração da colagem foram utilizados: revistas, papel pardo, cola, tesoura, pincéis coloridos e cronômetro. Para elaboração do genograma foram utilizados: papel pardo, lápis, borracha, pincel atômico, régua.

Foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo A), previamente aprovado, juntamente com o projeto de pesquisa, pelo Comitê de Ética da UCB. O TCLE foi assinado pelo casal após ler e receber as informações sobre os objetivos e procedimentos de pesquisa.

4.3 PROCEDIMENTOS DE LEVANTAMENTO DE DADOS

4.3.1 Identificação dos participantes

Como foi mencionado no item 4.1, o casal foi indicado por uma pessoa conhecida da pesquisadora, que entrou em contato, por telefone, com o casal para explicar os objetivos e procedimentos da pesquisa e convidá-lo a participar do estudo. Nesse contato, foi marcado o dia e horário para a realização da Entrevista do Ciclo de Vida Familiar, na residência do casal.

4.3.2 Realização da entrevista do ciclo de vida familiar

No dia e horário marcados, a pesquisadora compareceu na residência do casal para a entrevista. Inicialmente, foram dadas as informações sobre os procedimentos de pesquisa, a pesquisadora leu, juntamente com o casal, o TCLE e, não havendo dúvida, este documento foi assinado por ambos.

A entrevista foi realizada com o casal, na residência dos mesmos, na sala de estar com os seguintes móveis: bancada, três cadeiras, sofá, televisão, som. A entrevista teve duração média de duas horas e meia e foi gravada com a permissão do casal, e posteriormente os

dados foram transcritos para análise. Ao final da entrevista com o casal, ficou marcado o dia e horário para a realização da colagem e elaboração do genograma.

4.3.3 Realização da colagem e genograma

O segundo encontro foi realizado no dia e horário marcados, na residência do casal. Nesse encontro, foram usadas duas técnicas para levantamento dos dados: a colagem e o genograma. O encontro teve dois momentos: primeiramente, foram dadas as instruções de como é realizada a colagem. A pesquisadora colocou à disposição do casal, várias revistas, uma folha de papel pardo, cola, tesoura, e várias canetas coloridas; foi determinado o tempo de 20 minutos para a realização da tarefa e sem a intervenção da pesquisadora no processo, podendo haver conversa somente entre o casal. A pesquisadora solicitou que o casal fizesse junto uma colagem que tinha como título “A nossa família”. O casal folheou as revistas disponibilizadas, procurando gravuras, palavras e frases, que lembrassem e expressassem o que pensam e sentem sobre a família deles. A pesquisadora observou a comunicação verbal e não-verbal do casal, e avisou sobre o tempo que ainda restava para o término da colagem. Quando terminaram a colagem, foi perguntado se o casal não gostaria de colocar um título, e assim decidiram colocar o título de “Bons Companheiros”.

No segundo momento foi elaborado o genograma da família de origem de cada um. Foi realizado junto com o casal, identificando cada pessoa da família, contendo as informações sobre morte, problemas de saúde, conflitos, separações e as outras pessoas da família nuclear que são homossexuais. O encontro teve duração de duas horas e meia, que foi gravado com a permissão do casal, e posteriormente os dados foram transcritos para análise.

4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados coletados foi utilizada a perspectiva interpretativa construtivista de González Rey (2010). Essa forma de produzir conhecimento é baseada em alguns princípios: o conhecimento é entendido como construtivo-interpretativo, ou seja, é uma produção/construção humana. Para o autor, trata-se de um procedimento aberto, processual e construtivo, sem a pretensão de reduzir o conteúdo a categorias pré-estabelecidas e restritivas. O conhecimento é um processo de construção que encontra sua legitimidade na capacidade de produzir, permanentemente, novas construções no curso da confrontação do pensamento do

pesquisador com a multiplicidade de eventos empíricos coexistentes no processo investigativo (GONZÁLEZ REY, 2010). Para esse autor, a única maneira de construir um espaço da realidade como conhecimento é valer de nossas práticas científicas, as quais são fundadoras de novos campos da realidade.

Após a transcrição dos dados das entrevistas foram seguidas as seguintes etapas, conforme o que propõe Gonzáles Rey (2002): 1-) pré-análise: leitura dos dados com o objetivo de identificar os eixos de análise. Segundo o autor, os eixos de análise levam aos indicadores que têm a função de designar aqueles elementos que adquirem significação graças à interpretação do pesquisador, ou seja, sua significação não é acessível de forma direta à experiência. Tais indicadores são essenciais para a definição de zonas de sentido; 2-) levantamento dos indicadores que são um conjunto de expressões produzidas pela fala, produção escrita e observações que formam categorias produzidas no próprio processo de construção do conhecimento; 3-) construção das zonas de sentido, que são construções feitas pelo pesquisador a partir do seu contato com o sujeito e os significados apreendidos por ele. As zonas de sentido referem-se aos “espaços de inteligibilidade que se produzem na pesquisa científica e não esgotam a questão que significam, senão que pelo contrário, abrem a possibilidade de seguir aprofundando um campo de construção teórica” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 6).

Foram construídas nove zonas de sentido que serão apresentadas e discutidas a seguir no item “resultados e discussão”.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados do presente estudo serão apresentados e discutidos a seguir. Foram construídas nove zonas de sentido:

Zona de sentido 01: *Você gostou dele e ele gostou de você, vocês não querem conversar?*: formação do casal.

Zona de sentido 02: *Minha mãe trata ele como se fosse um filho e a dele me trata como se fosse filho dela*: relacionamento do casal com as famílias de origem.

Zona de sentido 03: *De repente alguém te leva numa boate gay, sabe aquela sensação de que você chegou em casa?*: descobrindo a homossexualidade e enfrentado a família e a sociedade.

Zona de sentido 04: *O preconceito só não te pega se você se coloca num patamar muito acima*: a aceitação do gay na sociedade.

Zona de sentido 05: *Nós trocamos de papéis... hoje sou eu que vou pirar na batatinha*: dinâmica do casal .

Zona de sentido 06: *Eu tinha essa ideia de adotar, ele também tinha*: como surgiu a ideia de adotar um filho .

Zona de sentido 07: *Eu acho que adotada tem algo melhor, eu escolhi*: o significado da adoção para o casal.

Zona de sentido 08: *Incentivar a criança a ser mais autêntica*: o maior desafio é a educação da criança.

Zona de sentido 09: *Uma família que desenvolve o diálogo*: o futuro da família.

Zona de sentido 01: *Você gostou dele e ele gostou de você, vocês não querem conversar?: formação do casal*

Segundo Kleber e Gabriel, os dois conheceram-se há sete anos em um bar, e o relacionamento iniciou através de um amigo em comum. Embora estivessem na mesma mesa com vários amigos, não prestaram atenção um no outro. Apenas na saída é que foram apresentados, como conta Kleber:

[...] ele comentou pra esse amigo que tinha me achado bonito[...] esse amigo tava de carona comigo, e quando ele entrou no meu carro, eu comentei que esse seu amigo é bonito. Aí ele falou, peraí, você achou ele bonito, ele também te achou bonito, vocês não querem conversar não? Ai ele abaixou o vidro do carona, e falou: ‘olha, você gostou dele e ele gostou de você, vocês não querem conversar? E daí a gente conversou.

Kleber considera que o relacionamento foi rápido demais, pois em dois meses decidiram morar juntos. Segundo ele, não é normal, no meio gay masculino, dois homens morarem juntos em tão pouco tempo de relacionamento: *“No meio gay feminino é, mas no masculino não, tanto que esse amigo nosso em comum, chama a gente de lésbica por conta disso, entendeu?! Risos”*. Kleber comenta que apresentou Gabriel para sua família, porque eles gostariam de saber a opinião de suas mães a respeito de cada um:

[...] se a minha mãe ia gostar dele, se a mãe dele ia gostar de mim, e era uma coisa muito clara, se ela não gostasse de mim não ia rolar, porque as mães são ciumentas, de homens homossexuais masculinos. Literalmente os homossexuais masculinos são feitos para permanecer com as mães[...] aí a mãe dele gostou de mim e a gente começou a trabalhar o relacionamento, não é uma coisa simples.

Kleber usa uma expressão interessante para se referir à construção do relacionamento pelo casal: *“e a gente começou a trabalhar o relacionamento, não é uma coisa simples”*. Traz uma conotação de que é preciso investir no relacionamento, que vai sendo construído aos poucos, e é uma tarefa “que não é simples”. Segundo ele, esse investimento só começou após a aprovação das mães, o que mostra a importância das figuras maternas na vida do casal. Considerando que os dois estavam na faixa etária de 40 anos, podemos supor que eram dependentes emocionalmente das genitoras. Segundo Carter e McGoldrick (2008), tornar-se um casal é uma das tarefas mais complexas do ciclo de vida, pois as pessoas precisam ter maturidade emocional para se distanciarem das forças das famílias de origem que tendem, em alguns casos, a dificultar as saídas dos seus membros. Kleber e Gabriel tiveram de renegociar os relacionamentos com os pais, irmãos e família ampliada, em vista da nova união. Para a família foi um processo desenvolvido gradualmente, o de abrir-se para um estranho que é agora um membro oficial de seu círculo íntimo.

Com o início do relacionamento conjugal os dois precisaram se adaptar à nova fase, mudar certos hábitos e as relações com as outras pessoas, amigos e colegas. Gabriel afirma que o casal ficou mais reservado, passaram a ter poucos amigos e costumam sair menos de casa. Segundo Kleber, isso foi acordado entre o casal:

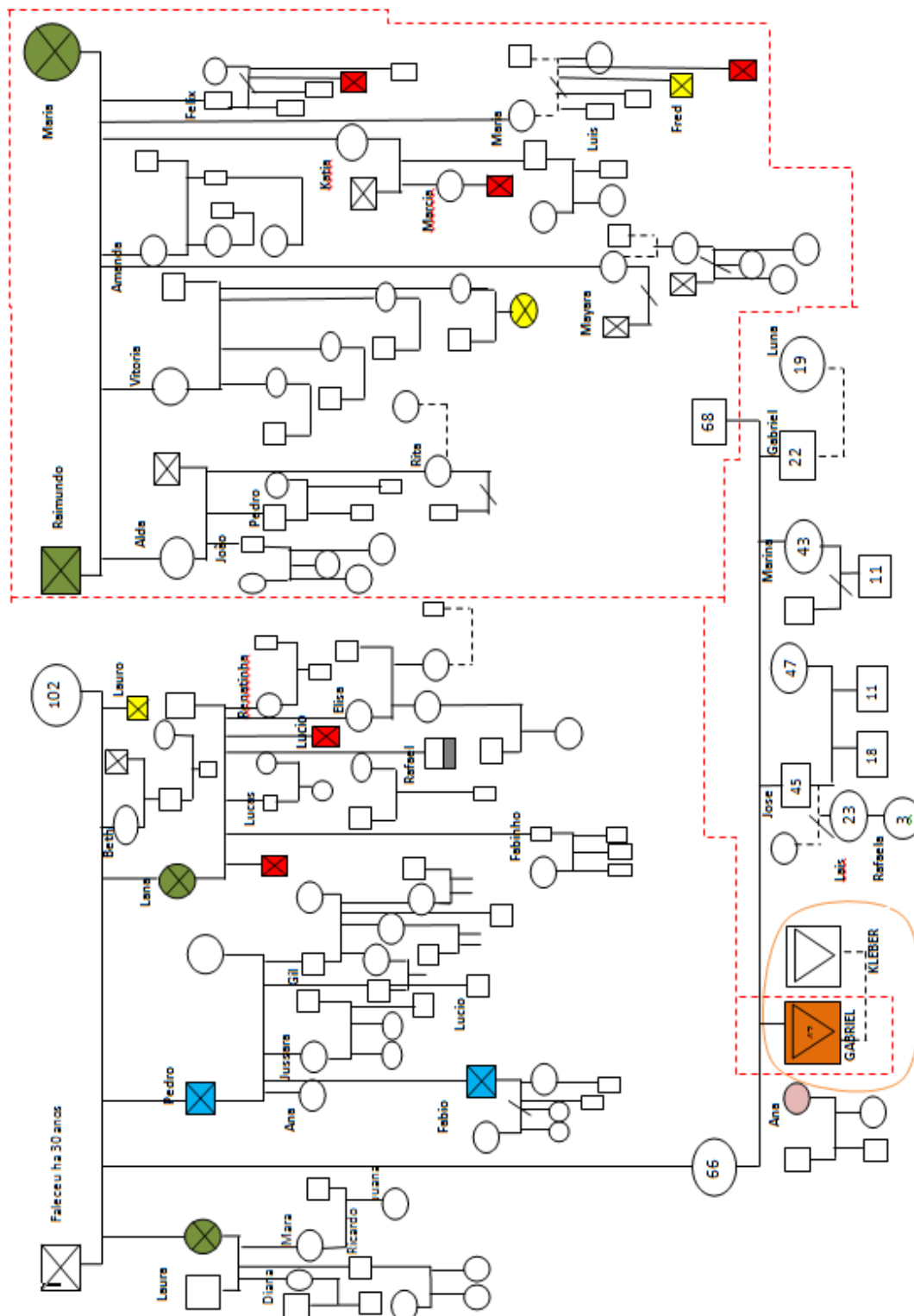
[...] ele já tava com quase 40 anos e eu tava com 38 quando a gente se conheceu, e nós já tínhamos uma certa vivência, e uma coisa que tanto eu como ele tínhamos em mente, é que a vida juntos ia necessitar de uma seleção, de uma mudança, pois compatibilizar uma proposta de união com o ritmo de vida de solteiro não daria certo, então determinados lugares a gente disse não, outros a gente evitou, e outros a gente permaneceu indo, alguns amigos a gente disse não, outros a gente permaneceu [...].

As observações de Kleber e Gabriel sobre o início do relacionamento e a necessidade de adaptação por parte dos dois, nos remete à abordagem do ciclo de vida familiar e seus diferentes estágios. De acordo com Carter e McGoldrick (2008), o momento de formação do casal requer que as duas pessoas renegociem juntas diversas questões que definiram previamente para si em termos individuais. O casal precisa decidir a respeito das tradições e rituais familiares que serão mantidos e aqueles que os parceiros desenvolverão sozinhos. A formação do casal passa por um processo emocional de transição em comprometer-se com um novo sistema, onde mudanças no status familiar como o realinhamento dos relacionamentos com as famílias ampliadas e os amigos para incluir o cônjuge serão necessárias para poder prosseguir em termos desenvolvimentais. Kleber e Gabriel não se referem a dificuldades que tiveram nesse período, como é comum em vários casais heterossexuais, como queixas sobre ter que abrir mão de determinados hábitos relacionados à vida de solteiro, por exemplo.

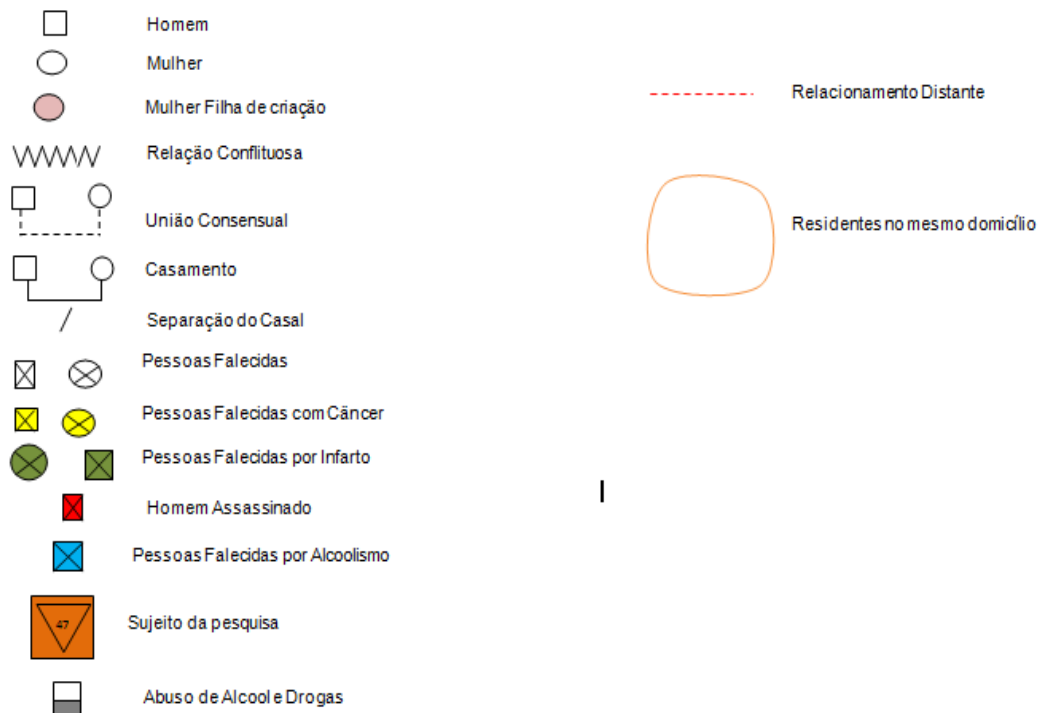
Zona de sentido 02: Minha mãe trata ele como se fosse um filho e a dele me trata como se fosse filho dela: relacionamento do casal com as famílias de origem.

Durante a entrevista foi elaborado o genograma familiar, que é a representação gráfica da família. Segue abaixo o genograma familiar de Gabriel (vide figura 01):

Figura 1 – Genograma da Família de Origem do Gabriel

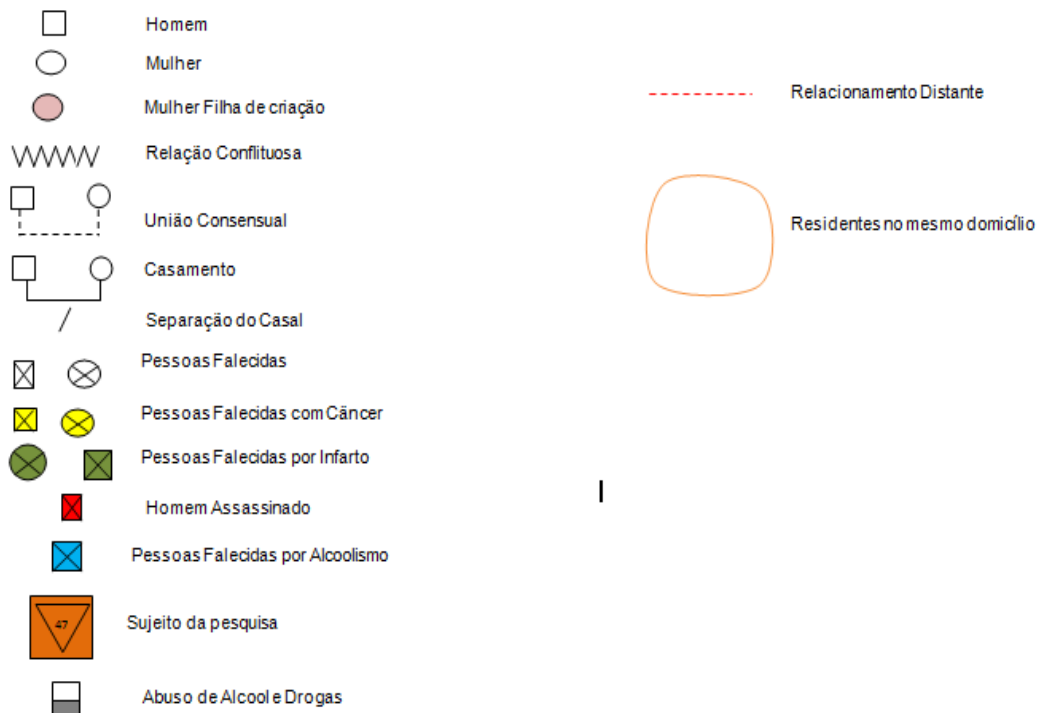


LEGENDA DO GENOGRAMA



Observamos que na família do Gabriel, os pais são casados e têm quatro filhos, sendo uma filha adotiva de criação, que na verdade é prima do Gabriel. Sua família tem histórico de falecimento por problemas no coração e câncer. Gabriel relata não ter convivido com sua família paterna, porque suas tias são preconceituosas: [...] *elas diziam que minha mãe era preta e que não queriam preto na família [...]*. Na sua família paterna sugere que uma prima e um primo sejam homossexuais, mas não assumem por trabalharem no Exército. Segue abaixo o genograma familiar de Kleber (vide figura 02):

LEGENDA DO GENOGRAMA



Na família do Kleber, os pais são casados e têm dois filhos. Sua família tem histórico de câncer e depressão. Kleber não tem contato com a família paterna e diz que em sua família há seis homossexuais.

Gabriel e Kleber afirmam que o relacionamento com as famílias de origem é excelente, e suas mães os tratam como se cada um fosse filho delas. Segundo Kleber, o pai de Gabriel o vê como seu confidente: [...] *para o pai dele eu sou uma das pessoas que entende ele, tanto que quando a gente vai pra casa dele, ele fica conversando comigo das questões de vida[...]*. Kleber relata que toda a sua família conhece o Gabriel, que ele sai com as primas dele para passear, e já sabe as fofocas e todos os problemas da família. Kleber comenta [...] *eu tô chateado com alguma circunstância de casa, aí junta minha tia, minha mãe e o Gabriel de um lado e eu do outro, do tipo assim, ele apoia a minha família contra mim, às vezes[...]*. Gabriel ressalta: “*perco o casamento, mas não perco a família*”. Segundo Gabriel, as famílias de origem entendem que eles são uma família de fato, uma família de dois homens e duas cadelas: [...] *nós construímos uma família, tanto é que minha mãe chama elas de meninas... como é que as meninas estão?*”.

Kleber e Gabriel afirmam ter um relacionamento tranquilo com as famílias de origem, diferente da maioria dos casais gays, que enfrentam uma área de dificuldade no relacionamento do casal, muitas vezes pela falta de aceitação que vivenciam por parte dos

familiares por todo seu ciclo de vida. Essas dificuldades podem aumentar o risco de desenvolverem problemas de fronteira e delimitação de espaço um com outro, em resposta às reações negativas da família em relação ao novo casal. Segundo Carter e McGoldrick (2008), essas dificuldades estão relacionadas à falta de rituais normativos para os homossexuais, conforme eles avançam no ciclo de vida. Muitas vezes, a família de origem tende a vê-los como perpétuos adolescentes, o que podemos observar na fala de Kleber na zona de sentido anterior: [...] *os homossexuais masculinos são feitos para permanecer com as mães*[...].

Uma das dificuldades que os casais homossexuais encontram nas suas relações sociais é a falta de rituais e papéis sociais específicos. Os mitos e ritos familiares são fundamentais no desenvolvimento da família, pois fornecem um sentido de pertencimento. O mito é uma criação coletiva que diz respeito a todos os membros da família e que é, em parte, “herdado” da família de origem (ANDOLFI; ANGELO, 1988; BUCHER, 1985), e precisa ser compreendido também em sua dimensão transgeracional. Perpetuando o mito familiar, os rituais contribuem para manter a identidade familiar, sinalizando as transições normativas do ciclo de vida familiar e ajudando os membros da família no manejo e na resolução dos conflitos, pela possibilidade de expressão das emoções (IMBER-BLACK, 1995). A falta de rituais e papéis sociais não acontece apenas com os casais homossexuais. Outras formas e estruturas familiares também carecem deles, como é o caso das famílias reconstituídas e as famílias monoparentais, ou seja, formas de vida familiar que ainda são recentes na sociedade (RIBEIRO; ALBUQUERQUE, 2008).

Kleber afirma que a família de Gabriel é mais emotiva e que a sua é reservada, e pelo lado materno é matriarcal, pois são as mulheres que mandam:

[...] minha avó mandava na família inteira, aí com a morte dela minha tia que morava com ela, virou baluarte, dividindo o poder com a minha mãe, são sete filhos sendo duas mulheres, e eu tenho um peso muito grande na família porque sou o único filho de uma filha e na minha família isso pesa diferente, eles me chamam de neto legítimo[...].

Gabriel relata que no aniversário de 100 anos de sua avó, no qual estava toda a família, ele fez questão de ir com seu grande anel de formatura. Segundo ele: [...] *o gay formado e com mestrado, fiz questão de mostrar que o único da família que tem mestrado sou eu* [...]. Sobre isso, Kleber comenta: [...] *ele estava totalmente armado, detalhe, a mãe dele também estava armada, a mãe dele é praticamente uma leoa, só no olho, deixa alguém olhar de lado pra você ver* [...]. Nessa festa, os primos do Gabriel se aproximaram de Kleber e conversaram com ele, todos os trataram com respeito. O casal relata que essa conquista é prazerosa, inclusive Kleber se emocionou quando o sobrinho do Gabriel o chamou de tio. Mas Gabriel

ressalta que no início da relação não havia conseguido conquistar a irmã de Kleber: [...] *antigamente era uma ciumenta, ela era desconfiada, mas hoje a gente se une pra falar mal dele[...]*.

Na entrevista para elaboração da colagem (vide abaixo a figura 3), uma técnica da terapia de abordagem sistêmica utilizada com a finalidade de facilitar a expressão não-verbal da percepção dos membros familiares sobre o próprio grupo familiar e sua dinâmica (OTTO, 2007), Gabriel expressou, por meio de uma gravura, a importância da família de origem no seu desenvolvimento e configuração de uma nova família, como mostra a seguinte afirmação: [...] *como é que a gente vai desenvolver uma nova família se a gente não participou de uma primeira [...] porque o desenvolvimento dela, proporcionou essa [...]*. Para Kleber, essa mesma figura não o remeteu à família de origem, e comenta que em nenhum momento da elaboração da colagem ele se lembrou de sua família de origem, e ficou pensativo sobre isso, se questionando o porquê de não ter lembrado.

Figura 3 – Colagem



Kleber e Gabriel se referem às famílias de origem em vários momentos da entrevista e da colagem, e falam sobre a influência que suas famílias de origem têm no casal. Eles consideram as famílias de origem como modelo de relação ideal na educação dos filhos, como afirma Kleber: [...] *eu gosto da forma que eu fui criado*[...]. Gabriel comenta: [...] *eu também, tudo o que foi feito, inclusive as porradas que a gente levou*[...]. Essas influências das famílias de origem na formação do novo casal, criação e educação dos filhos e desenvolvimento de valores familiares são estudadas e discutidas por vários autores da abordagem sistêmica da família. Segundo Penso, Costa e Ribeiro (2008), a família nuclear é um subsistema emocional reagindo aos relacionamentos passados, com base no modelo mítico que perpassa gerações. A família tem um modelo mítico que garante sua coesão interna e a protege do mundo externo.

Zona de sentido 03: *De repente alguém te leva numa boate gay... sabe aquela sensação de que você chegou em casa?*”: descobrindo a homossexualidade e enfrentado a família e a sociedade.

Kleber comenta que somente aos 27 anos de idade assumiu o fato de ser gay. Relata ter “sublimado” isso por muito tempo, mas depois começou a relacionar os fatos e se recordou de quando tinha 10 anos de idade e havia feito uma pergunta para sua mãe: [...] *homem pode achar homem bonito? E minha mãe respondeu: pode, não tem problema nenhum*[...]. Aos 27 anos Kleber diz que resolveu começar a “entender essa questão”, quando teve a oportunidade de conhecer o “meio gay” numa boate LGBT, como ele afirma: [...] *quando eu entrei, você sabe aquela sensação de que você chegou em casa? Aquelas pessoas ali eram iguais a você [...] o ambiente tudo a ver, as cores, as músicas, a decoração, tudo fazia parte*[...]. Kleber relatou que demorou um ano para tocar outro homem.

Já Gabriel diz ter se aceitado como gay quando tinha 33 anos de idade. Ele afirma que já sabia que era gay, mas que não aceitava: [...] *eu já fui bem mais tarde que ele, primeiro que isso não fazia parte do meu meio, teoricamente na minha família não tem nenhum gay*[...]. Segundo Kleber, há 6 homossexuais em sua família, com diferentes perfis, ou seja, uns mais femininos, outros são bem jovens. Ele relata que um dos casos mais recentes foi de um primo que tem seis anos de idade: [...] *ele brincava com a minha prima, que tem a idade semelhante a dele e quando os pais dele não estavam na frente, eles brincavam com as barbies da minha prima e ele sempre era a barbie mãe, ele sempre se identificava, a mãe que limpa a casa e*

arruma[...]. Gabriel afirma que a criança já sabe que essa situação não é aceita pela família e assim ele só brinca com a prima escondido das outras pessoas.

Essa afirmação nos faz pensar sobre como é importante a forma com que a família lida com essa questão. Segundo Andolfi (1981), a compreensão do comportamento de cada membro exige a exploração das relações interpessoais e das normas que regulam o funcionamento do sistema familiar. Em consonância com o que diz o autor, Kleber afirma que [...] *o grande segredo de todo o processo sempre é manter o canal de comunicação aberta para manter um grupo saudável[...]*. O comportamento de cada membro, dentro da família, depende e está relacionado com o comportamento dos demais, ou seja, nenhum membro tem o controle unilateral sobre o outro. Para Minuchin (1990), a família é responsável pela constituição da identidade de seus membros, principalmente, no processo de socialização. Gabriel comenta que será diferente com relação à educação que o primo de Kleber está recebendo, ele aceitará que seus filhos brinquem tanto de boneca como de carrinho, como afirma: [...] *se ele quiser brincar com a boneca, ele vai brincar com a boneca, se ela quiser brincar com o carrinho, ela vai brincar com o carrinho, que carrinho e nem boneca remolda a orientação sexual de ninguém[...]*.

Kleber e Gabriel se referem aos conflitos, dúvidas, dificuldades que viveram antes de se assumirem como gays. Nada do que falam soa como novidade para nós, pois em nossos trabalhos como psicólogos é muito comum ouvir histórias de pessoas que viveram a mesma situação. Todos conhecem os preconceitos da maioria das pessoas, ainda hoje, o que causa muito sofrimento à maioria dos homossexuais. Esses preconceitos se devem, em grande parte, à tradição milenar judaica, da qual deriva o cristianismo, que rejeitava a possibilidade de dois homens se relacionarem sexualmente. O cristianismo absorveu essa condenação e, embora nos primeiros séculos da era cristã, tenha havido tolerância em várias partes do Império Romano quanto ao homoerotismo, a condenação de relações entre pessoas de mesmo sexo consolidou-se a partir do século XII. A igreja católica e, mais tarde, as protestantes difundiram no Ocidente e no restante do mundo uma cruel homofobia (aversão a homossexuais), que tratou as relações homossexuais primeiro como pecado, depois como crime social a ser combatido pelo Estado (DUNKER; INGO; FUAD, 2010). Começamos a vislumbrar uma possibilidade de mudança por parte do Vaticano, quando na vinda do Papa Francisco ao Brasil, em julho de 2013, o mesmo afirmou a uma jornalista brasileira: “*Se uma pessoa é gay e procura a palavra de Cristo, de boa vontade, quem sou eu para julgá-la?*”.

Para Osório e Valle (2009), a verdadeira possibilidade de uma mudança será a própria auto-aceitação dos indivíduos homossexuais a partir de uma reestruturação interior em que a auto-permissão para viver sem culpa, vergonha, sentimento de inferioridade e de desadaptação fará com que o aspecto social absorva a realidade da vivência da dinâmica conjugal homossexual.

Zona de sentido 04: *O preconceito só não te pega se você se coloca num patamar muito acima: a aceitação do gay na sociedade.*

Gabriel relata como foi a repercussão na família quando assumiu ser gay. Segundo ele, as pessoas achavam que seu pai jamais aceitaria, por ter trabalhado no exército, mas ressalta ter sido tranquilo. Kleber complementa que eles tornaram-se referência na família, por ele ter sido o primeiro homossexual a assumir. Segundo ele, os outros gays da família pedem conselhos a eles: *[...] como que é a vida?... eles são jovens demais, ainda estão deslumbrados com um monte de coisa, acha que o mundo é fácil, não sabem exatamente como é o mundo gay[...]*. Gabriel complementa: *[...] nem sabe das dificuldades e dos preconceitos que existem... porque o preconceito só não te pega se você se coloca num patamar muito acima e está sempre num processo de moral[...]*.

Kleber afirma que há diferença entre a visão da homossexualidade na cidade pequena e na cidade grande. Ele conta que sua mãe conversou com ele sobre um possível retorno para sua cidade de origem, e ele teve que explicar para ela sobre essa diferença que existe:

[...] numa cidade como Brasília, eu posso ser gay, na minha cidade de origem eu seria veado... por mais que você seja respeitado, como é o meu caso, a construção provinciana da cidade te tem como alguém que diverte, o bobo da corte, aquele que está na periferia, ou ele é chamado pela intelectualidade, pelo dom artístico... mas ele sempre faz parte de um espetáculo, ele não faz parte de uma rotina provinciana, ele anima a rotina provinciana. É igual o gordo, todo gordo tem que ser engraçado, igual todo gay, tem que ser diferente, alguma forma pra agradar, isso incomoda muito[...].

Segundo Kleber, uma de suas expectativas quando veio para Brasília era de conquistar um espaço na sociedade, o que não é fácil, pois teria que provar que era melhor do que as outras pessoas:

[...] Eu acho os heteros masculinos com a vantagem de a sociedade ser condescendente com eles, meio que passa a mão na cabeça muito facilmente. Eu não vejo isso acontecer com os gays masculinos, eles são mais facilmente criticados, é como se as pessoas estivessem esperando você ter uma falha, pra te apontar o dedo e falar, ah... mas também [...].

O casal fala sobre o desrespeito das pessoas em geral em relação aos gays. Segundo Gabriel, se a pessoa é gay, ela será tratada conforme sua situação social. Kleber complementa:

[...] na verdade a gente aprendeu a fazer isso. Todo gay se gasta pra comprar o respeito, dependendo da cara que a pessoa faz pra gente, a gente humilha... a situação é o seguinte: você quer ganhar dinheiro então você me trata bem... é um fator nosso, a gente trabalha muito pra isso... pra poder ser bem tratado, porque é uma forma da gente poder se sentir incluso em alguns contextos, mesmo que a pessoa não esteja cobrando de você a sua questão homossexual, mas você se cobra, então você se vigia o tempo inteiro[...].

Ambos dizem não aceitar certos comportamentos que podem vir a destruir a imagem que construíram de respeito, inclusive de serem respeitados pelas duas famílias, onde Gabriel afirma ser muito difícil no meio gay. Gabriel comenta sobre o relacionamento com as pessoas no prédio em que moram:

[...] num prédio, onde é proibido animal, nós temos dois. Primeiro a pessoa perguntou se tinha cachorro aqui no prédio, e o Kleber falou que sim! Houve uma reunião pra saber se aceita, aí mudamos o estatuto do prédio pra aceitar cachorro, inclusive pelo fato da gente ter duas, o estatuto diz que pode ter até duas [...].

Explicam que na “cultura gay” há determinados comportamentos que se esperam deles. Mas Gabriel relata que não concorda com isso, [...] *prefiro destoar do mundo gay*[...]. O casal relata que se eles fizessem uma festa em seu casamento seria algo restrito somente aos mais próximos, uma festa para no máximo 40 pessoas. Segundo Gabriel:

[...] existe uma coisa dentro desse mundo que eu costumo dizer que é o mundo ‘fake’, um mundo bem falso que gira em torno do LGBT, todo mundo é rico, é famoso, bonito, cheiroso. Tem gente que se endivida ganhando dois mil reais e compra um carro de setenta mil reais pra poder desfilar dentro de um carro, pra poder pegar menininho, não tem onde morar, não tem o que comer direito, mas tem que desfilar num carrão[...].

Kleber concorda e acrescenta que é um mundo bonito, alegre, onde todos devem ter bom gosto:

[...] um mundo cor de rosa... por exemplo, existem boates gays em Buenos Aires, que você é selecionado pela sua estética, eles fazem uma seleção das fotos pra saber se você vai poder entrar ou não. Eu não frequentava mais locais gays, porque eu me cansei, eu acho desagradável, eu gosto de dançar mas a questão não é de dançar, mas as pessoas te olham com uma cara de desejo e isso cansa, então não se espera outra coisa de um casamento gay, de uma festa com o conceito da cultura gay, coisas caras, bom gosto praticamente em tudo[...].

Quando Gabriel comenta sobre os homossexuais serem tratados conforme sua situação social e quando fala do “*mundo gay fake*”, é possível observar que os homossexuais dão ênfase à exteriorização de uma identidade específica e reconhecida pelos membros da comunidade gay, exibição essa que é performativa e destinada a transmitir imagens construídas consonantes com o que dela é esperado. De acordo com Pinto (1991), trata-se de uma falsa unidade que esconde a variedade no seu interior, resultante de uma multiplicidade de identificações e de formas de estarem no mundo, elas próprias subsidiárias das condições

objetivas de existência de cada indivíduo, dos seus trajetos sociais, da sua posição na estrutura social e dos seus projetos pessoais.

Segundo a afirmação de Kleber, a existência de uma cultura homossexual é fortemente marcada pelo valor da juventude, patente no culto de uma imagem saudável, erotizada, exercitada, porventura musculada. Segundo o site da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (http://www.paradasp.org.br/quem_somos/historico.html), a Parada Gay serve para ilustrar os dois pontos de vista acerca da cultura e da identidade gay. Por um lado, a visibilidade que a Parada Gay oferece, reforça a ideia do controle social exercido, pois as “múltiplas sexualidades” se fazem visíveis em uma festa pontual que privilegia, de certa forma, seus estereótipos exacerbados. Ganha visibilidade a cultura festiva e globalizada, com participação de celebridades do mundo artístico e político. Os homossexuais “comuns”, principalmente de baixa renda e efeminados, mesmo estando ali presentes, permanecem praticamente invisíveis. Mas, Gabriel comenta que o que é aceito e mostrado na mídia é o exacerbado, que se destaca na cena festiva. Ele declara:*[...] por isso eu também posso fazer um movimento contra a cultura[...]*. O questionamento que devemos fazer é como permanecerá em aberto a maneira como os gays e lésbicas, e seus novos movimentos, vão conduzir essa cultura que se instaurou.

Zona de sentido 05: *Nós trocamos de papéis... hoje sou eu que vou pirar na batatinha: dinâmica do casal* .

No momento em que faziam a colagem, Gabriel relata que os heteros acreditam que existe dentro da relação do casal homossexual um papel delimitado quanto ao masculino e ao feminino. Referindo-se à questão de papéis de gênero dentro da relação, ele afirma:

[...] porque você só faz o papel de mulher e eu só faço o papel de homem [...] Gente, se são dois homens, nem papel de mulher e nem de homem, se eu tenho que lavar uma louça, fazer uma comida, isso é de ambas as partes, porque nós atribuímos várias e várias vezes o que é masculino e o que é feminino [...].

Kleber afirma que no seu relacionamento com Gabriel existe uma troca de papéis, e em alguns momentos um chama atenção do outro para a importância do equilíbrio na relação:

[...] hoje sou eu que vou pirar na batatinha [...] igual tá acontecendo esses dias por conta da venda do apartamento e na compra da casa... tô uma pilha, o Gabriel me mantém centrado, quando ele tá com alguma problemática que ele fica uma pilha, aí eu tenho que manter ele centrado, que significa ter hora que chama atenção e tem hora que você deixa a coisa acontecer e fica de olho, só não deixa ele pular da janela, porque a gente tá no 3º andar [...] e às vezes a gente se percebe encarnando os

personagens da nossa família, as vezes eu me sinto a minha mãe, às vezes eu vejo que ele é a mãe dele, as vezes eu me sinto o meu pai totalmente, tanto que as vezes ele vira pra mim e fala: ‘você não é seu pai’! Principalmente quando são questões envolvendo dinheiro [...].

O título que escolheram para a colagem foi “Os bons companheiros”, e comentam que estão juntos o tempo inteiro, não gostam de ir ao mercado sem o outro, por exemplo, e dizem que se separam somente para ir ao trabalho. Sobre isso Kleber afirma:

[...] porque no trabalho de certa forma são nossos espaços independentes, ele tem um universo dele, eu tenho o meu, então o trabalho é um processo terapêutico também, porque senão iríamos ser um big brother, porque nós fazemos tudo juntos, e lá é um lugar onde efetivamente trabalhamos num universo diferente e tentamos manter distância[...].

Costumam permanecer bastante tempo dentro de casa, e quando acham enfadonho, eles saem para jantar. Falam sobre o período de adaptação à chegada das duas cachorrinhas como foi difícil. Primeiro eles tinham somente a Sasha e depois de cinco meses compraram a Brida, porque não queriam deixar a Sasha sozinha, como comenta Kleber:

[...] eu lembro que ele se dedicou pra que as duas se dessem bem, então ele passava o dia inteiro com as duas no chão, no colo [...] porque quando ela chegou a outra já tinha mais tempo dentro de casa, então ela tinha ciúmes da comida, da água e não podia, tinha dia que ele dava comida pra uma, dava comida pra outra, brincava com as duas ao mesmo tempo[...].

Kleber complementa que quando viajam, levam as duas, e o hotel tem que aceitar cachorro. E quando saem para jantar, eles as levam também a um restaurante que aceite cães. Segundo Kleber,

[...] não tem problema, eu pago mais caro, já falei isso pra um gerente, não tem problema eu pago a conta delas se for o caso, mas elas entram comigo, então a gente vai no café, e eu faço questão de mostrar isso, eu tô comendo isso, ele tá comendo aquilo, e elas vão comer pão de queijo, você pode trazer[...].

O casal diz se preocupar com essa relação que têm com as cachorrinhas, pois sabem que elas “mandam neles” e [...] *de certa forma a gente fica dependendo delas emocionalmente* [...], o que os remete à relação que poderão ter com o filho. Discutem que deverão ter cuidado com a possibilidade de a criança fazer “chantagem emocional” com os pais. Essa possível família como um sistema e fonte relacional necessita desenvolver uma organização funcional que favoreça as relações e interações. Para Minuchin (1990), as fronteiras de um subsistema são as regras que definem quem e como participa, elas protegem a diferenciação do sistema. Para o funcionamento saudável da família deve estabelecer fronteiras nítidas entre os subsistemas e definir claramente os papéis de cada membro, levando em consideração a flexibilidade. Kleber e Gabriel terão a responsabilidade do sistema parental com essa criança, onde será primordial o zelo pelo desenvolvimento integral e educação do filho, buscando atender as necessidades materiais, físicas e afetivas. Além disso, compete a essa família a transmissão de valores éticos, religiosos e culturais. O subsistema parental é responsável em

garantir a proteção e a segurança da criança e do adolescente (ARAÚJO, 2002; MINUCHIN, 1982; PELISOLI, TEODORO, DELL'AGLIO, 2007).

Questionados sobre “a quem pedem ajuda” quando precisam, Kleber afirma que recorrem principalmente a um amigo, Marcos, que é psicólogo. Quanto à relação com os colegas de trabalho dizem que é tranquilo. Algumas pessoas sabem que são homossexuais, mas algumas pessoas eles preferem que não saibam, porque são preconceituosas. Sobre esse amigo, Kleber afirma:

[...] qualquer pessoa que a gente confia e que esteja naquele momento à disposição [...] mas a gente também não gosta de incomodar, vamos dizer assim, então por o Marcos ser solteiro e uma pessoa que tem a agenda muito flexível, e também de certa forma ele tem um espaço, uma ligação grande comigo e com o Gabriel [...] ele já nos auxiliou a triangular determinados processos[...].

Mas, segundo Kleber, o casal tem o hábito de tentar resolver todos os problemas por meio do diálogo:

[...] mas no normal, do dia a dia, nós conversamos até chegar em determinado ponto comum, nós temos alguns acordos, como por exemplo, a gente não dorme enquanto não chega em um ponto comum... Algo incomoda? Então vamos tomar café, vamos conversar e vamos resolver [...].

Durante a colagem foi possível observar a comunicação verbal e não-verbal do casal. Quando Gabriel já havia selecionado parte de suas figuras, resolveu pedir ajuda a Kleber para saber onde as colocava. Kleber, então, resolveu que Gabriel deveria decidir e começar a colar as figuras. Inicialmente, Gabriel não aceitou e argumentou sugerindo que quando terminasse de procurar suas gravuras, colassem tudo juntos, mas depois ele observou o tempo se esgotando e resolveu seguir a orientação de Kleber. O casal não negociou o espaço do papel para colagem das suas figuras, mas o processo aconteceu naturalmente, mesmo sem prévio acordo. Kleber relata que às vezes tem cuidado para falar “algumas coisas”, mas que não teve tempo para analisar profundamente as figuras, e assim acabou colocando-as sem perceber. Kleber estava preocupado se Gabriel iria entender as composições que havia feito com as figuras, como comentou:

[...] fiquei imaginando será que ele vai gostar dessa proposta? Igual a essa do menino de camiseta amarela com a bola nos pés, onde eu recortei a figura de uma mulher e coloquei a figura de um homem compondo a ideia de uma família com um fundo de paisagem, eu fiquei ansioso pra montar esse pedaço... Eu me preocupo muito com a opinião dele [...].

Deu-nos a impressão de que o casal tem um tipo de relação que Watzlawick, Beavin e Jackson (1993) chamam de complementar, ou seja, um padrão de relacionamento onde a forma como um age sugere que o outro aja de uma forma tal que complementa a ação do outro, não indo contra ou questionando, mas se acomodando harmoniosamente. A afirmação de Kleber: [...] *hoje sou eu que vou pirar na batatinha*[...] e a de Gabriel sobre a “troca de

papéis” entre eles nos levam a pensar nesse tipo de relação. Mas não se trata de um padrão rígido, pois conseguem trocar de papéis de acordo com a situação. Para Carter e McGoldrick (2008), ao mesmo tempo em que a semelhança ou identificação, pelo fato de os homossexuais serem do mesmo sexo, pode aumentar o entendimento entre os parceiros, ela provavelmente também os tornará mais vulneráveis à fusão. Os problemas sistêmicos que cercam a formação de casais homossexuais geralmente são semelhantes aos casais heteros, independentemente do contexto dos problemas.

Zona de sentido 06: *Eu tinha essa ideia de adotar, ele também tinha: como surgiu a ideia de adotar um filho.*

Segundo Kleber, a ideia de adotar é antiga, ou seja, já acompanhava os dois antes mesmo de se conhecerem. Os dois já pensavam em adotar uma criança um dia, quando se conheceram. Kleber afirma: [...] *tanto eu como ele pensamos em adotar uma criança um dia... De certa forma é antiga... quando nos conhecemos essa ideia já acompanhava a gente[...]*. No entanto, começaram a conversar sobre a concretização dessa ideia há três anos, quando já tinham quatro anos de união. Na escalada da luta do casal por reconhecimento de direitos sociais, o casal busca, com maior ênfase, a possibilidade do exercício da homoparentalidade (UZZIEL, 2007). Segundo a autora, dentre as três possibilidades de uma pessoa homossexual ser pai/mãe – seja tendo tido filhos em uma união heterossexual anterior, seja através das tecnologias reprodutivas, seja pela adoção – esta última constitui-se no modo mais discutido abertamente na sociedade. A adoção tem por objetivo principal favorecer a inserção de uma criança em uma entidade familiar, sendo esse o entendimento das diretrizes atuais das convenções de direitos internacionais da criança, como o melhor para o seu desenvolvimento. Para tanto, são pontos de partida o rompimento dos vínculos da criança com a sua família de origem e a disponibilidade e o desejo de um adulto como Kleber e Gabriel de serem pais.

Gabriel conta que, certo dia, um amigo dos dois estava na casa deles e chegou a ligar para algumas pessoas: [...] *O Marcos tava até aqui, e ele falou no telefone, ligou para as assistentes sociais, já tinha uma criança [...]*. Segundo Kleber, [...] *foi quase processo delivery, não pode mandar entregar, que loucura!*”. Gabriel acrescenta: *“porque você sabe que legalmente não existe uma lei que ampare um casal homossexual para adotar”*. Sobre essa questão, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA ao descrever as condições para a

habilitação de candidatos para a adoção de crianças aponta de forma vaga os impedimentos com relação à adoção. Homens e mulheres, pela orientação sexual, não sofrem qualquer restrição, tampouco qualquer benefício especial. Muitos são os aspectos a serem enfocados nas famílias candidatas: as motivações de cada família (explícitas e implícitas); a estabilidade e a estrutura psíquica e emocional de cada um dos seus integrantes; experiências familiares e de vida; crenças e expectativas com relação ao filho a ser adotado; compreensão dos aspectos relacionados à adoção e à história anterior do adotado (REPPOLD et all; NABINGER; CHAVES, 2005).

Segundo Castro (2008), quando um casal homoafetivo decide pela adoção e preenche todos os requisitos, um(a) dos(as) dois(duas) tem de escolher qual deles(as) formalizará o pedido de paternidade/maternidade da criança. Uma criança adotada em guarda única só receberá direitos relativos ao pai/mãe que tem a sua guarda. Entretanto, após a adoção, os(as) dois(duas) educam e criam-na juntos, como acontece com um casal heteroafetivo. Para Kleber e Gabriel a dificuldade da sociedade jurídica brasileira está em aceitar a existência de famílias homoafetivas.

Algumas condições são importantes para adotarem uma criança, como afirma Kleber:

[...] basta a gente ter uma condição financeira que dê condição de ter uma criança que possa ser educada num local que garanta uma serenidade pra criança, porque a gente não colocaria ela num espaço que ela vai sofrer bullying por ser filha de dois homossexuais masculinos.

Segundo Kleber tem outras questões, além da condição financeira, como maturidade para criar o filho. Citam como exemplo as duas cachorrinhas que têm que praticamente *'mandam neles'*, e das quais são dependentes emocionalmente. Ele afirma:

[...] ai eu falei mas isso não vai dar certo com criança porque daqui a pouco qualquer chantagem emocional que ela fizer com a gente, pronto e ai como a gente vai ficar? Nem você vai trabalhar, nem eu vou trabalhar, o que a gente faz? No meio da tarde, as 16 hs vai os dois pra o zoológico?

Kleber e Gabriel terão um trabalho árduo pela frente, pois na fase pré-adotiva vários serão os fatores que podem entravar o processo de filiação adotiva de uma criança, onde serão consideradas, anteriormente à adoção, as capacidades, tanto da criança quanto dos adultos envolvidos, de organização e reconstrução de vínculos familiares (CRINE; NABINGER, 2004). O casal terá um acompanhamento dos estágios iniciais da adoção que ocorre independentemente da orientação sexual das pessoas interessadas na adoção de crianças e adolescentes.

Sobre o sexo do filho a ser adotado, Kleber e Gabriel tem opiniões diferentes. Gabriel acredita que é mais fácil criar um menino, como afirma Kleber:

Bom, ele tem uma visão de que a adoção de um menino seria mais tranquilo, eu tenho a visão de que uma menina se defende muito melhor de qualquer tipo de brincadeira, porque nem toda brincadeira pode dizer que tá sendo uma agressão, ou bullying ou violência... eu acho que a menina se defende melhor, o menino ele fica mais revoltado [...].

Kleber diz concordar que é mais complexo para o menino ter uma referência masculina tendo dois pais homossexuais: [...] e todos os dois sendo homossexuais, aí fica uma coisa complexa, embora nessa rede social o Marcos pode trabalhar nesse processo, mais um bando de assistentes sociais [...]. O fato de ter amigos nessa área, segundo ele, pode ajudar, ou seja, o filho teria apoio de outras pessoas. Mas, para ele seria necessário uma vivência maior, como afirma:

[...] eu tinha falado com Gabriel que depois da estabilidade econômica a proposta seria entrarmos como voluntários num abrigo, num orfanato, primeiro pra gente vivenciar o que é trabalhar com criança, e tentar conseguir maturidade [...].

Kleber teme a influência que sua homossexualidade pode exercer na personalidade da criança adotada. Santos (2005) afirma que as funções materna e paterna não se relacionam diretamente com o sexo do indivíduo cuidador, mas com o papel exercido, que pode ser mais feminino, maternal, ou masculino, paternal. Segundo o autor, a função de cuidar está mais relacionada com a personalidade do indivíduo do que ao seu sexo. Assim, ser homem ou mulher não define a prontidão para o exercício de papéis conjugais, segundo ele. A igualdade de direitos, deveres e opções entre os sexos é um dos fundamentos das transformações por que passa a família contemporânea, como a de Kleber e Gabriel.

Novamente aparece a preocupação com relação à possibilidade de a criança ‘mandar’ nos pais, como mostra a afirmação de Gabriel: [...] *Porque senão a criança que vai estar nos adotando e mandando na gente*”. E Kleber completa:

[...] E mandando, porque aí vem aquele sentimento de culpa que o gay normalmente tem, vai fazer com que a criança tenha poderes acima de você, então eu vou fazer pra ela porque senão ela vai trazer uma crítica que eu não gosto... eu quero que ela me tenha como ídolo... eu vou comprar a criança, eu vou começar a dar tudo que ela quer para que ela não me critique.

Sobre a idade da criança a ser adotada, Gabriel afirma que sempre conversaram e nunca pensou em dotar um bebê recém-nascido, pois tem receio de passar a noite preocupado ‘*se está respirando, engasgando...*’, por isso ele prefere uma criança com 3 anos. Segundo ele:

[...] a partir de 3 anos a criança já está mais desenvolvida e maior [...] até 05 anos de idade ela já tá com uma possibilidade de adoção muito menor, mas muito menos mesmo, principalmente no Brasil [...] até 05 anos eu aceitaria, mais do que isso eu não gostaria, porque eu entendo que a criança já vem com seus próprios acontecimentos.

Diferente de Kleber e Gabriel, no Brasil é comum entre as pessoas que adotam a preferência por crianças de pouca idade e com características físicas próximas às suas

(MALDONADO, 1997; WEBER, 1999). De acordo com Vieira (2004), essa preferência seria uma clara tentativa de reproduzir da maneira mais fiel possível a experiência que teriam aquelas pessoas caso tivessem elas mesmas concebido a criança. Conforme a fala de Gabriel acima sobre a possibilidade de adoção ser menor por conta da idade, evidencia quão forte é a influência cultural, que privilegia os vínculos genéticos. Um aspecto a ser considerado no panorama atual das práticas de adoção é a chamada adoção tardia, cada vez mais frequente e mais aceita em nossa cultura. Entendemos que é necessária a construção de estratégias que estimulem o acolhimento de crianças que apresentam problemas de saúde, cor da pele negra ou que se encontrem em faixa etária superior a dois anos, pois, são estas as categorias de crianças e adolescentes que, em maior número, aguardam, nos abrigos, a possibilidade de adoção, mas que não são, contudo, o maior alvo de interesse dos adotantes que aguardam em listas de espera mantidas pelos tribunais de justiça.

Gabriel afirma que não aceitaria a criança que teria passado dos 05 anos de idade por conta das experiências que a criança já teria até essa idade:

[...] aquele momento que ela foi abandonada, o que ela passou dentro da instituição, brigas, confusões, o desamor, a falta de mãe e pai no dia das mães, no dia dos pais, então ela traz todo o emocional dela”.

Kleber concorda com Gabriel e completa: “*Aí ela jogar isso aqui dentro, aí nós dois ficamos doido né?*”. Os dois acham que tenderiam a compensar o sofrimento da criança, fazendo tudo que ela quiser:

[...] Ai a gente vai querer fazer todos os 5 aninhos que ela teve num aniversario só, vamos nos endividar absurdamente (Gabriel)... Vamos passar 10 dias fazendo o aniversario dela. Se a gente pegar uma criança com 5 anos, com 6 ela tá obesa, vai fazer tudo que ela quer [...].

Sobre a história passada das crianças adotadas, Golse (2004) afirma que é importante conhecer e compreender estas crianças com marcas importantes de rechaço e abandono se elas já foram capazes de fazer o luto com relação à sua família de origem e quais são as suas expectativas e desejos com relação a uma nova família adotiva, de forma a estabelecer, com outros adultos, o eixo narcísico de sua nova filiação. O preconceito mais grave da população em geral sobre a adoção está relacionado ao desconhecimento da herança genética, segundo o autor. Assim, não é incomum os pais adotivos culparem os pais biológicos pelas dificuldades ou quaisquer outras questões vistas como negativas na vida do filho, segundo Weber (1999). Kleber e Gabriel terão a necessidade de instauração de vínculos de filiação e afiliação bastante elaborados, que exigirão, tanto do casal quanto da criança, capacidades psíquicas igualmente elaboradas.

Kleber comenta ter receio em debater sobre alguns questionamentos que a criança possa fazer, com relação à homoafetividade do casal. Quando questionados sobre como lidar com a possibilidade da criança perguntar sobre os pais biológicos, Gabriel respondeu: [...] *ele morreu [...] Vou dizer pra ela que infelizmente eu não sei onde está, obviamente ela tem que saber que ela é adotada...* ”.

Gabriel, quando questionado sobre como lidar com a possibilidade de a criança perguntar sobre os pais biológicos, respondeu de imediato com propensão a mentir, mas depois observou que não teria como fundamentar a possível mentira. O receio dos pais de serem rejeitados pelo filho é o que leva a decidirem não contar para o filho sobre a história de sua adoção. As consequências práticas dessa decisão são as apresentações de histórias fantasiosas, no intuito de manter o segredo sobre a adoção, o que significa a criação de frequentes mentiras criadas para preencher as lacunas que a não revelação da adoção traz. Concordamos com Lenvizon (2004) quando ela comenta que a história da criança deve fazer parte das conversas familiares, de maneira que não haja segredo a ser revelado, mas uma situação natural e espontânea na memória daquele filho. “*Quando a criança tem a sensação de ‘sempre ter sabido’, evita-se o caráter imponente e traumático do desvelamento de um segredo*” (LEVINZON, 2004, p.53). Posteriormente, Gabriel observou que seria importante contar à criança que era adotada visto que não teria como sustentar a hipótese de ser filho legítimo do casal.

Zona de sentido 07: *Eu acho que adotada tem algo melhor, eu escolhi: o significado da adoção para o casal.*

A adoção aparece como uma vontade que os dois sempre tiveram. Gabriel afirma que sua família é muito grande, tem quatro irmãos e sempre conviveu com muitas crianças: [...] *eu vejo o tanto de crianças que jamais serão adotadas e se eu puder mudar, fazer a diferença na vida de uma, mas ele ou ela vai fazer diferença na minha vida*”. Esse sentido de transformar a vida de outras pessoas também é mencionado por Kleber, quando afirma:

[...] é interessante quando você vai tendo a ideia de transformar a vida das pessoas mostrando que elas têm potencialidades, sempre achei isso legal... eu gosto de fazer uma diferença na vida das pessoas, e seria uma oportunidade interessante de fazer isso, isso eu não conseguiria fazer se fosse um padrinho de uma criança, de um orfanato [...].

Quando falam sobre o que significa “adotar um filho”, o casal concorda que o sexo da criança já não é mais importante. Para eles, adotar é melhor que ter um filho biológico, porque foi escolhido por empatia, e os pais e irmãos vão vê-la como da família, neta e sobrinha. Segundo Gabriel:

[...] eu acho que adotada tem algo melhor, eu escolhi, no sentido de que eu fui lá e escolhi aquela criança [...] você entende que uma vem do coração é aquela empatia de imediato, pode acontecer... uma criança que não foi gerada geneticamente, mas foi acolhida completamente. Agora eu só não aceito aquele que adota e depois devolve, porque não é mercadoria [...].

Kleber acha que não precisa ser necessariamente uma escolha, definindo o sexo e idade, mas deveriam conviver com as crianças para se conhecerem: [...] *a minha proposta seria... acontecer e não necessariamente eu escolher... o processo pode ser que a menina conquistou ou o menino que conquistou*[...]. Para ele, adotar significa:

[...] quando eu penso adoção, eu imagino em me transferir, do tipo tudo que construí, nas formas que tenho de pensar, os contextos que eu entendo da vida, é uma doação, mais que uma doação, uma transferência mesmo, do tipo eu tenho para oferecer para você”.

Kleber acha que uma criança não pode ficar sozinha, por isso teriam que ter duas. Ele usa o termo ‘comprar duas’, que Gabriel considera estranho e pergunta o que isso significa. Kleber responde: [...] *uai, porque tem todo o processo legal, e isso custa caro. A compra é só um termo, uma analogia à situação*”.

Kleber também fala da adoção de um filho como forma de deixar para ele tudo que construiu, perpetuar de alguma forma o que ele foi:

[...] enquanto professor, você ajuda as pessoas a construírem suas vidas, então quem vai carregar o que eu construí intelectualmente? Eu vou escrever livros, mas livro ainda é muito frio, que queria viver isso, passar isso para alguém, ajudar alguém a crescer através de uma forma de pensar [...] então essa questão de você poder perpetuar, é bem freudiano[...].

A ideia de ter alguém para quem deixar o que construiu é compartilhada por Gabriel quando ele afirma:

[...] eu construí uma vida intelectual, construí um patrimônio e eu vou deixar para quem? Se não tiver irmão, vai ficar para um parente, então não é mais fácil eu ter alguém que eu deixe [...] a luta que foi para ter alguma coisa, que ajude alguém que se sentiu tão rejeitado, porque eu entendo que quando você adota uma criança é pra um amor incondicional[...].

Por outro lado, Gabriel acha que é egoísmo ‘querer perpetuar’:

[...] toda perpetuação é egoísmo... eu digo que é ego não é no mal sentido, porque todo mundo fala “ah eu vou casar, ter filho, meu filho vai ter filho”, isso é um egoísmo na tentativa de você nunca morrer.

Kleber não concorda com Gabriel e começam a discutir por causa disso. Ele acrescenta:

[...] deixa eu terminar a minha incrível fala, se ele conseguiu passar para ela o que era o melhor dele, não a masculinidade, mas o senso de responsabilidade, de justiça, idoneidade, aquelas questões todas, ele não está sendo egoísta”.

Depois de algum tempo de discussão, Gabriel acrescenta que quando diz que é egoísmo, não é no “mal sentido”, pois todo ser humano pensa em deixar sua semente para germinar no futuro, “*para dizer que esteve aqui um dia*”. Segundo ele:

[...] eu poderia dizer eu quero filho natural, porque às vezes as pessoas acham que gay é impotente, não faz filho... Gente eu sou gay, não sou brocha, nem sou capado, muito menos estéril. Então as pessoas as vezes confundem, mas eu não gostaria de ter um filho meu, eu gostaria de adotar, se um dia eu for lá e adotar senão beleza, senão também continuo minha vida[...].

Diante a discussão de Kleber e Gabriel sobre o egoísmo ao adotar uma criança é possível destacar um ponto assinalado por Weber (2003, p. 21), a adoção no que se refere “*aos aspectos jurídicos e sociais, existe o desejo da descendência*” e, acrescentamos, a cobrança social para que tal descendência ocorra de fato para que haja perpetuação do nome e continuidade da família, dentre outras expectativas dos adotantes e seu núcleo social. Cassin (2000) assinala que a adoção é uma resposta à necessidade que os adotantes têm de se tornarem pais, cumprir as expectativas sociais de constituir família, a partir de um determinado modelo, assim como o desejo desse casal.

Na colagem, Gabriel escolhe uma figura que mostra uma família e afirma:

[...] essa aqui, foi mostrar que todo mundo é independente de ser um ou ser dois, tem direito de construir uma família e que nós mesmo sendo dois homens nós conseguiríamos, vamos conseguir de qualquer forma trazer uma constituição familiar com uma boa educação para os filhos que um dia talvez nós adotemos”.

Segundo Ribeiro (2004), o desejo de ter filhos está ligado à sexualidade e a seus desdobramentos, datando da primeira infância e tendo sua origem na relação primária da mãe com seus filhos de ambos os sexos. Ao longo do desenvolvimento, fatores psíquicos e culturais fazem parte desse desejo seguindo destinos diferentes para homens e mulheres. A autora citada acima acrescenta que “o desejo de ter um filho origina-se e permanece vinculado ao desejo narcísico de mortalidade do Eu, e uma maneira de nos aproximarmos da imortalidade é a possibilidade de transmitirmos a herança genética para os descendentes” (p. 53). Desta forma, ter filhos ao longo da trajetória de vida é uma experiência de continuidade, de repetição e de realização de um plano acalentado pela sociedade. As afirmações de Gabriel sobre o egoísmo e a necessidade de ter filho para “ser eterno”, estão de acordo com a visão da autora acima sobre essa questão.

Kleber diz ter se surpreendido com a quantidade de figuras de crianças que colocou na colagem: [...] *eu não esperava que viesse tanta imagem de criança*[...]. Gabriel também fala sobre uma gravura que mostra uma família nuclear composta de pai, mãe e criança e diz que se lembrou de sua família de origem: [...] *porque nesse momento aqui só interessava as crianças, então eu achei muito interessante fazer isso, mas aqui foi só uma volta a primeira família, e a família que hoje existe, isso aqui é o que nós esperamos em fazer, que o filho cresça e vá para a escola* [...].

Perguntados se já haviam pensado em outra forma de ter um filho, por exemplo, por meio de ‘barriga de aluguel’, Kleber conta que viu um programa que abordava a questão na Índia, onde cobram 25 mil dólares e achou interessante. Cita o cantor Rick Martin que teve um filho dessa forma, mas diz que acha complicado. Gabriel afirma que “*tem criança demais* [...]”, por isso prefere adotar. Atualmente, assistimos um fenômeno no que diz respeito às novas formas de constituição familiar em que homossexuais adotam ou têm filhos biológicos, seja por inseminação artificial com doador anônimo ou conhecido, barriga de aluguel, filhos resultantes de relacionamentos anteriores ou ainda, por uma combinação de mais de um desses fatores, por exemplo, em que dois casais homossexuais optam por ter um filho a quatro (UZIEL, 2002). Considerando-se a impossibilidade biológica “natural” de duas pessoas do mesmo sexo terem um filho biológico, embora, hoje se tenha um grande desenvolvimento de técnicas de fertilização artificiais, Kleber e Gabriel cogitam apenas a possibilidade de adoção.

Segundo Gabriel, sua mãe e seu irmão acharam a ideia de adotarem um filho “maravilhosa”. Kleber disse que sua mãe não gostou, assim como não aprovou quando a irmã quis adotar também. Na opinião de Kleber, sua mãe ainda acha que os filhos são crianças, ele é um “bebê de colo”. Mas ele tem uma ideia do motivo pelo qual a mãe não aceita a adoção:

[...] interessante, talvez uma das situações dela de não desejar, seja o fator família, aquela questão classe média tem muito medo de ser criticada, porque ela nem é pobre e nem é rica, então todo mundo espia, todo mundo vigia, fala, é aquela famosa frase, o que os outros vão dizer? Não tem filhos adotivos na família até agora, então é melhor não ter.

Perguntados sobre as providências já tomadas até o momento para a adoção, Kleber afirma que têm outros objetivos primordiais e que ainda estão buscando conseguir segurança financeira, mas esse assunto surge esporadicamente e nunca deixou de ser uma perspectiva. As providências concretas serão tomadas quando acharem que já estão prontos. No entanto, quando falam sobre a compra da casa, admitem que é “para facilitar ou até mesmo para pensar mais forte”, como afirma Gabriel. Ele diz:

[...] nós trabalhamos muito e fico com medo de negligenciar porque eu vou ter que ter uma babá para ficar 24 horas, porque de manhã eu não preciso de ninguém para fazer nada para mim, que eu cuido tranquilamente, mas a partir um certo horário eu tenho que dar aula, ele as 14 horas tem que estar na faculdade, então ela vai ficar com quem?... então são amadurecimentos, pensamentos que vão amadurecendo aos poucos, mas uma hora desemboca a coisa [...].

É natural essa preocupação do casal, visto que a mudança para esse estágio do ciclo de vida familiar requer que o casal avance uma geração e se tornem cuidadores da geração mais jovem (CARTER; MCGOLDRICK, 2008). Tornar-se um progenitor é o evento que identifica esse estágio. Mas ser um progenitor é o resultado psicológico e social e é mais do que um vínculo entre duas gerações. Isso modifica o equilíbrio entre trabalho, amigos, irmãos e pais. A decisão de ter um bebê é o início de um afastamento em relação ao eixo horizontal do casamento, para um realinhamento com o impulso vertical das gerações do futuro e do passado. Problemas típicos que ocorrem quando os pais não conseguem fazer essa mudança são as brigas entre eles sobre assumir responsabilidades e cuidados com a criança, recusa ou incapacidade de comportar-se como pais com seus filhos. É possível observar que no caso de Kleber e Gabriel não será diferente, já que o casal possui duas carreiras, e ambos trabalham em tempo integral, o que sugere é que o casal tenha horários diferentes de trabalho, assim a criança poderá se beneficiar por ser cuidada apenas pelos pais, mas o casamento pode sofrer, porque o contato entre o casal ficará diminuído.

Zona de sentido 08: *Incentivar a criança a ser mais autêntica: o maior desafio é a educação da criança.*

Kleber afirma que já conversaram sobre a educação da criança, e já têm planos sobre o tipo e filosofia da escola que preferem, por exemplo. Por ser mais ligado à área educacional, Kleber diz conhecer uma escola “*onde a criança é incentivada a ser mais autêntica*”, que eles acham ser mais adequada ao filho. Sobre a escola, Gabriel afirma:

[...] o problema maior é, não deve colocar uma criança dessa numa escola comum. Porque se ela tiver numa escola comum e começar a contestar, como a gente contesta em casa, vai ser a pior criança da escola, vai ser filho de gay e chata, porque tem os seus preconceitos [...].

Gabriel acha que a relação dos dois com a criança “*vai ser a mais amorosa possível*”. No entanto, diz ser do “*rigor educacional*”. Kleber mostra preocupação com sua capacidade de flexibilizar vários papéis ao mesmo tempo, como afirma:

[...] é um misto de circunstâncias, por um lado chefe de escoteiro, por outro professor universitário, por outro lado pai, por outro lado nem sei, mãe, eu fico pensando se eu vou conseguir balizar isso[...].

Segundo Kleber, uma coisa é passar um tempo com o filho de um amigo, outra é conviver com um filho o tempo todo. Ele fala das discordâncias que têm em relação às duas cachorrinhas, e acha que o mesmo vai acontecer na criação do filho: [...] *uma coisa é certa, nós vamos levar nossas discordâncias e essas contrariedades também para o processo ensino-aprendizagem*". Gabriel complementa:

[...] mas aquilo que a gente fala muito e já discutimos sobre isso foi que quando um der uma ordem o outro não pode contradizer jamais, porque a criança aprende um jogo... se ele disser deixa ele ou ela sair na chuva, eu vou parar e vou dizer assim "não, tá certo!

O casal concorda que a criança deve ter um desenvolvimento "natural". Kleber afirma:

[...] eu fico imaginando quais são os expertises, e perceber como posso fazer pra que aquela individualidade dela possa ser desenvolvida. Porque o que eu acho legal nas pessoas é exatamente isso, você dar trela para os potenciais dela, eu faço isso com aluno, ainda mais com filho [...].

Para um desenvolvimento saudável, Kleber e Gabriel precisam estabelecer as funções de cada membro da família. Minuchin (1982) descreve que o sistema familiar é composto por diferentes subsistemas, onde os indivíduos são compreendidos como "subsistema dentro de uma família [...] cada indivíduo pertence a diferentes subsistemas, nos quais tem diferentes níveis de poder e onde aprende habilidades diferenciadas" (p. 58). O subsistema conjugal e parental, formado por Kleber e Gabriel, será vital para o crescimento do filho, constituindo seu modelo para relações íntimas, como se expressam nas interações cotidianas. A criança verá meios de expressar afeto, de se relacionar com um parceiro em dificuldades e de lidar com o conflito com iguais, o que ela vê se tornará parte de seus valores e expectativas, quando entrar em contato com o mundo exterior. O subsistema parental envolverá a educação dos filhos e a função de socialização. A criança experiencia o estilo de sua família lidar com o conflito e a negociação (MINUCHIN, FISHMAN, 2007). O casal deverá delimitar as fronteiras fazendo com que sejam respeitadas. Cada subsistema possui uma delimitação própria, que se desenvolve na dependência de suas interações ou trocas com os demais subsistemas da família. Para o funcionamento saudável, a família deve estabelecer fronteiras nítidas entre os subsistemas e definir claramente os papéis de cada membro, levando em consideração a flexibilidade.

Ambos se remetem às famílias de origem e à forma como foram criados quando falam sobre como pretendem educar filho que vão adotar. Gabriel se refere ao excesso de zelo do seu pai com seu irmão, e afirma: [...] *por mais que a gente fale "eu vou fazer uma mudança",*

nós tendemos a replicar aquilo que nós aprendemos”. Kleber diz gostar da forma como foi criado e Gabriel concorda: [...] *eu também, tudo o que foi feito, inclusive as porradas que a gente levou [...]*. Sobre a formação que tiveram Kleber afirma:

[...] o fato de sermos de famílias diferentes, mas o berço é muito semelhante, o senso de que é certo e o que é errado das duas famílias é muito parecido, determinados valores são muito parecidos e isso facilitou a nossa vivência, porque uma das questões que não dão certo em relacionamentos é quando os berços são diferentes [...] muito dos nossos conceitos têm semelhança por conta dos berços [...].

Segundo Gabriel, ele saiu de casa, pela primeira vez, sozinho, para ir à praia com 14 anos. Sobre a relação com os pais ele diz:

[...] minha mãe sempre dizendo não e meu pai sempre dizendo sim, então meu pai sabia que minha mãe dizia não, aí ele dizia que eu devia pedir a minha mãe. Tinha um limite!

Kleber também diz que foi superprotegido pela mãe. Ele disse que saiu de casa, sozinho, pela primeira vez, para ir à casa da avó na quadra seguinte quando tinha 11 anos:

[...] só que minha mãe foi atrás para saber se eu tinha chegado [...] minha mãe era tão possessiva nessa questão de controle de tudo, que ela tava na cozinha, ela não tava me ouvindo, chamava meu nome, eu dizia: senhora! E ela: não era só pra saber onde você estava.

Sobre a divisão das tarefas na criação do filho os dois acham que vai ser tudo dividido: [...] *ah, os dois dividem tudo*”, segundo Kleber e Gabriel completa: [...] *tudo dividido, o mesmo que eu fizer ele tem que fazer porque não pode pesar mais para um do que para o outro, porque os dois tem uma carga de trabalho pesado, então tem que ser dividido*”. Carter e McGoldrick (2008) afirmam que o trabalho seja uma necessidade financeira ou uma escolha, cada progenitor precisa ajustar-se emocionalmente a um planejamento que deixa seus filhos com uma outra pessoa que não eles. Como a família de origem de Kleber não reside em Brasília onde o casal mora e Gabriel diz poder contar com a mãe, mas não todo dia, pois segundo ela “*quem pariu Mateus que embale*”, a alternativa parece ser empregar uma babá, o que será difícil para o casal, visto que demonstram preocupação com a violência, como afirma Kleber: [...] *o que me choca hoje é você não ter mais tranquilidade, a violência hoje está até dentro de casa, por exemplo, babá, eu não consigo confiar numa babá, eu tenho pavor, eu não tive babá*”. Gabriel concorda e acrescenta: [...] *eu quebro ela no meio, daqui a pouco eu to na lei Maria da Penha porque ela bateu no meu filho mas eu quebrei ela no meio*[...]. Caso a criança pergunte pelos pais biológicos, concordam em dizer que não sabem informar, pois no processo de adoção não é permitido.

Zona de sentido 09: *Uma família que desenvolve o diálogo: o futuro da família.*

A família é um sistema em constante transformação, que precisa adaptar-se às diferentes exigências das diversas fases do ciclo de desenvolvimento, assim como às mudanças nas solicitações sociais, com o fim de assegurar continuidade e crescimento psicossocial aos membros que a compõem. As famílias se desenvolvem à medida que entram e saem de diferentes estágios vitais, como afirmam Carter e McGoldrick (2008). A respeito do futuro, o casal se refere, ao mesmo tempo, a uma vida tranquila, diferente de hoje, quando trabalham e correm muito, e falam de como esperam que seja com a presença de um filho. Kleber se preocupa com a saúde e com o diálogo, e Gabriel afirma que pode ser um “*diálogo acalorado*”, pois se a criança [...] *puxar um pouquinho da minha personalidade, ela vai ser sempre bem acalorada*[...]. Sobre tranquilidade, Gabriel afirma: [...] *sentado na beira da piscina, conversando, tomando café, suquinho*[...]. E Kleber completa:

[...] tudo que me lembra tranquilidade é o que eu imagino, em todos os aspectos, cada um ter o seu espaço, a criança precisa ter o seu espaço dentro da casa, ela precisa se achar dentro da casa, da mesma forma que eu tenho que ter o meu espaço, então você tem os espaços comuns, que são os de convivência e tem os espaços privados [...] mesmo que seja um campo de fazer bagunça, um pedaço da garagem, mas isso é importante a criança ter.

Gabriel concorda que a individualidade é importante, porque “*por mais que você seja pai, por mais que você seja filho, você precisa da sua individualidade*”. Segundo Carter e McGoldrick (2008), nesta fase o casal terá de ajustar o sistema conjugal para criar espaço para o filho. Foi perguntado como seria a vida do casal no futuro caso não adotassem uma criança. Gabriel responde: [...] *eu me vejo hoje chegando em casa, sexta-feira a noite, tirando os meus sapatos, colocando o meu pé na grama, sentado ali na varanda, tomando o meu café, fumando o meu cigarro e olhando pro nada*[...]. Kleber concorda e acrescenta que pretende ‘voltar a desenhar’.

Sobre a vida social do casal após a adoção Kleber afirma:

[...] eu acho que vai ter uma mudança na vida social, porque nós somos reservados demais, isso é interessante para nós e é um momento de tranquilidade, mas para uma criança não podemos ser tão reservados porque a criança precisa ter uma vida social, então tem a história do parque, do zoológico, da festa de aniversário dos coleguinhas, isso vai ter que mudar [...].

Falam também sobre a adolescência do filho. Gabriel acha que “se puxar” o Kleber será introspectivo e pensativo, pensar muito antes de falar, mas “se puxá-lo”, será comunicativo e vai falar tudo que pensar. Kleber afirma: [...] *com certeza contestador, porque nós temos essa necessidade de esclarecer as coisas, mesmo que tenha vários porquês*[...].

Segundo Carter e McGoldrick (2008), quando os filhos entram na adolescência, a família terá de aumentar a flexibilidade das fronteiras para incluir a independência dos filhos e as fragilidades dos avós, modificando os relacionamentos progenitor-filho para permitir ao adolescente movimentar-se para dentro e para fora do sistema. Essa é uma realidade com a qual Kleber e Gabriel terão de conviver.

Perguntados sobre como imaginam o filho na idade adulta, Gabriel responde: “trazendo netinho pra casa, é o egoísmo que te falei, ta vendo como eu já fui lá para o netinho, isso quer dizer que vai carregar o meu nome e o dele para sempre”. Para Carter e McGoldrick (2008), este período do ciclo de vida familiar é o mais longo, o qual passa pelo processo de aceitação de várias saídas e entradas no sistema familiar, devendo renegociar o sistema conjugal como díade e realinhar os relacionamentos para incluir parentes por afinidades e netos. Sobre a possibilidade de adotarem mais de um filho, os dois concordam que a ideia não é adotar apenas um. A relação entre os irmãos, na opinião de Kleber será “idêntico como foi com nossos irmãos”. Gabriel concorda:

[...] ‘devolve isso que é da sua irmã...’. Agora, uma diferença vai ter se ele quiser brincar com a boneca, ele vai brincar com a boneca, se ela quiser brincar com o carrinho, ela vai brincar com o carrinho, que carrinho e nem boneca remolda a orientação sexual de ninguém. Eu já vi tanta gente que brincou de carrinho e de boneca e não é homossexual e quem nunca pegou numa bonequinha é a boneca completa.

Kleber continua falando sobre isso: [...] agora se ele quiser comprar uma boneca, e quiser a Susy ai eu vou brigar porque tem que ser a Barbie [...] porque o problema não é você ser gay, é você ter mal gosto[...]. Ele conta que um amigo perguntou o que ele faria se o filho dele fosse gay. Ele respondeu que conversaria com ele, porque o grande segredo de todo o processo sempre é manter o canal de comunicação aberto, e os problemas começam quando uma pessoa se fecha: [...] quanto mais falar melhor, o importante é você conseguir fazer a pessoa falar e você falar, isso que eu acho importante, pra manter um grupo saudável [...].

A compra da casa foi pensada como um espaço mais adequado ao estilo de vida que o casal gostaria de ter quando chegasse o filho e também mais tarde, quando já estivessem mais velhos. Segundo Kleber:

[...] a ideia da casa tem haver com isso, porque quando a gente vai ficando mais velho, uma questão que pelo menos me acontece, eu quero começar a resgatar coisas que estão na minha infância, por exemplo são os jardins da casa da minha avó, misturar plantas, eu gosto de plantas, o Gabriel ama plantas, então vai ser casa, planta... e sempre o objetivo da casa era esse, ter um espaço [...].

O processo emocional de transição das famílias neste estágio tardio da vida está em aceitar a mudança dos papéis geracionais, devendo manter o funcionamento e os interesses

próprios e do casal em face do declínio fisiológico, abrir espaço no sistema para a sabedoria e experiência dos idosos, apoiando a geração mais velha (CARTER; MCGOLDRICK, 2008). Quando o casal se refere ao futuro da família, parecem se basear no modelo da família nuclear heterossexual, ou seja, terão um filho e, conseqüentemente, netos no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo nos possibilitou uma visão aprofundada das relações familiares de um casal homossexual masculino. Foi possível conhecer os fatores que influenciaram o casal a adotar uma criança, a história de vida de Kleber e Gabriel, a dinâmica do casal e seu relacionamento com as famílias de origem e a influência destas na vida e dinâmica do casal. Os participantes afirmam que o relacionamento com as famílias de origem é excelente, e são respeitados como uma família de fato, diferente da maioria dos casais gays, que enfrentam muitas dificuldades, muitas vezes pela falta de aceitação que vivenciam por parte dos familiares por todo o seu ciclo de vida. Kleber e Gabriel se referem às famílias de origem em vários momentos das entrevistas e dizem considera-las como modelo de relação ideal para a educação dos filhos.

Uma das dificuldades que os casais homossexuais encontram nas suas relações sociais é a falta de rituais e papéis sociais específicos. Na dinâmica do casal, não há um papel delimitado quanto ao masculino e ao feminino, conforme os heteros acreditam que existe dentro da relação do casal homossexual. O casal afirma que no relacionamento deles há uma troca de papéis, e em alguns momentos um chama atenção do outro para a importância do equilíbrio na relação.

Foi possível conhecer os preconceitos que ainda sofre a maioria dos homossexuais. O casal se refere ao desrespeito das pessoas em geral em relação aos gays, e às estratégias que utilizam para impor respeito. Segundo o casal, nos relacionamentos sociais o homossexual é tratado conforme sua situação social. Acreditamos que uma das possibilidades de mudança será a própria auto-aceitação dos indivíduos homossexuais a partir de uma reestruturação interior em que a auto-permissão para viver sem culpa, vergonha, sentimento de inferioridade e de desadaptação fará com que a sociedade aceite e conviva de forma respeitosa com as pessoas que são diferentes da maioria.

Na escalada da luta do casal por reconhecimento de direitos sociais, o casal busca, com maior ênfase, a possibilidade do exercício da homoparentalidade através da adoção – fato que vem sendo mais discutido abertamente na sociedade. A adoção tem por objetivo principal favorecer a inserção de uma criança em uma unidade familiar, sendo esse o entendimento das

diretrizes atuais das convenções de direitos internacionais da criança, como o melhor para o seu desenvolvimento. Ao descrever as condições para a habilitação de candidatos para a adoção de crianças, os impedimentos para a adoção são tratados de forma vaga. O casal tem o desejo de ter filhos, ao longo da trajetória de vida, como uma experiência de continuidade e de realização de um plano acalentado também pela sociedade heteronormativa.

O casal fala sobre a preocupação que tem em relação à influência que a homossexualidade pode exercer sobre a personalidade da criança adotada e o receio em debater sobre alguns questionamentos que a criança possa fazer com relação à homoafetividade do casal e os pais biológicos. Sabemos que a família é responsável pela constituição da identidade de seus membros, principalmente, no processo de socialização. Essa futura família como um sistema e fonte relacional necessita desenvolver uma organização funcional que favoreça as relações e interações. Para o seu funcionamento saudável, a família deve estabelecer fronteiras nítidas entre os subsistemas e definir claramente os papéis de cada membro, levando em consideração a flexibilidade de sua estrutura. Kleber e Gabriel, quando adotarem, terão a responsabilidade do sistema parental com essa criança, no qual será primordial o zelo pelo desenvolvimento integral e educação do filho, buscando atender as necessidades materiais, físicas e afetivas. Além disso, compete a essa família a transmissão de valores éticos, religiosos e culturais.

A família é um sistema em constante transformação, que precisa adaptar-se às diferentes exigências das diversas fases do ciclo de desenvolvimento, assim como às mudanças nas solicitações sociais, com o fim de assegurar continuidade e crescimento psicossocial aos membros que a compõem. As famílias se desenvolvem à medida que entram e saem de diferentes estágios vitais. O casal participante da pesquisa se refere ao futuro da família, baseando-se no modelo da família nuclear heterossexual, ou seja, esperam ter um ou mais filhos e, conseqüentemente, no futuro terão netos.

O estudo realizado permitiu perceber que as relações homoafetivas possuem suas especificidades, mas, de maneira geral, passam por dificuldades e conflitos, como todas as outras configurações familiares podem passar. Dessa forma, o fundamental no contexto familiar são as relações, os vínculos entre seus membros e a saúde psíquica destes. Ao mesmo tempo, o fato dos cônjuges serem do mesmo sexo, pode facilitar o entendimento entre os parceiros, diminuindo os conflitos relacionados aos papéis de gênero.

Os problemas e tarefas de desenvolvimento que os homossexuais vivenciam na fase de “formação do casal” parecem ser semelhantes aos casais heterossexuais. É de grande

importância a reflexão sobre o preconceito social expresso no ambiente em que as crianças viverão, evitando-se que o ônus seja demasiado quando fora do núcleo familiar.

Evidencia-se a necessidade do fomento de mecanismos psicossociais e jurídicos que contribuam para a elucidação desta temática complexa e dinâmica na sociedade contemporânea. Neste cenário, faz-se necessária a inserção de investigações e intervenções acerca dos aspectos psicossociais, afetivos e jurídicos do processo de adoção no contexto da homossexualidade, para que profissionais de saúde e juristas atuem com o escopo de promover o bem-estar dos adotantes e dos adotados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, D.; MARIZ, R. O sim da alta Corte. **Jornal Correio Braziliense**, Brasília, 06 maio 2011.
- ALIADAS. **Entenda a Lei**. Disponível em:
<<http://www.naohomofobia.com.br/lei/index.php>>. Acesso em: 12 maio 2011.
- ALMEIDA, M. R. **Adoção**: um direito de todos e todas. A adoção por homossexuais: um caminho para o exercício da parentalidade. Brasília: Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2008. Disponível em: <<http://www.pol.org.br>>.
- ALTAFIN, I. G. **Projeto que inclui na lei união civil de casal homossexual está pronto para votação**. Disponível em:
<<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/08/16/projeto-que-inclui-na-lei-uniao-civil-de-casal-homossexual-esta-pronto-para-votacao>>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- ALVES, S. A. et al. Adoção de crianças por homossexuais. 2007. Disponível em:
<<http://www.viannajr.edu.br/jornal/dir/artigos/pdf/Art03200601.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2011.
- ANDOLFI, M. **A terapia familiar**. Lisboa: Veja, 1981.
- ANDOLFI, M.; ÂNGELO, C. **Tempo e Mito em Psicoterapia Familiar**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1988.
- ARAUJO, M. F. **Amor, casamento e sexualidade**: velhas e novas configurações. Psicologia: ciência e profissão, 2002.
- ASSOCIAÇÃO DA PARADA DO ORGULHO GLBT DE SÃO PAULO. Disponível em:
<http://www.paradasp.org.br/quem_somos/historico.html>. Acesso em: 09 ago. 2013.
- BERRIOS, G. E. Classificações em psiquiatria: uma história conceitual. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 35, n. 3, p. 113-127, 2008.
- BERRIOS, G. E. Introduction. In: WIMMER, A. **Psychogenic Psychoses**. Burnside,: Adelaia Academia Press, p. 9-15, 2008.
- BOCK, A. M. B; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de Psicologia. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, p. 19, 2008.
- BOSCOLO, L et al. **A terapia familiar sistêmica de Milão**: conversações sobre teoria e prática. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1993.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 27 maio 2011.
- BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 612 de 2011**. Disponível em:
<<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=97366&tp=1>>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- BUCHER, J. S. N. F. Mitos, segredos e ritos na família I. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.1, n. 2, p. 110-117, 1985.
- CAILLÉ, P. **Um e um são três**. São Paulo: Summus Editorial, 1994.
- CALIL, V. L. L.; **Terapia Familiar e de Casal**. São Paulo: Summus Editorial, 1987.
- CAMINO, L.; PEREIRA, C. O papel de Psicologia na construção dos direitos humanos: análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. **Revista Perfil**, v. 13, p. 49-69, 2000.

- CARTER, B; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.
- CASTRO, M. C. **Adoção: um direito de todos e todas**. A adoção em famílias homoafetivas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2008. Disponível em: <<http://www.pol.org.br>>.
- COSTA, T. M. M. L. Adoção por pares homoafetivos: Uma abordagem jurídica e psicológica. Disponível em: <http://www.viannajr.edu.br/revista/dir/doc/art_10005.pdf>. Acesso em: 25 maio 2011.
- CRINE, A. M.; NABINGER, S. La mise en relation de l'enfant et de ses futurs parents dans l'adoption internationale. In: OZOUX-TEFFAINE, O. (Org.). **Enjeux de l'adoption tardive**. Paris: Érès, 2004, p.169-188.
- DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.
- DUNKER, L.; INGO, C.; FUAD, K. N. Curar a Homossexualidade? A Psicopatologia Prática do DSM no Brasil. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, v. 10, n. 2, p. 425-446, 2010.
- DURAN, J. A. C. V. **Um casal homossexual feminino e seus filhos**: estudo sobre a dinâmica familiar. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília, 2004.
- ELKAÏM, M. (Org.). **Panorama das Terapias Familiares**. São Paulo: Summus, v. 2, 1998.
- FÉRES-CARNEIRO, T. A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 2, n. 10, p. 351-368, 1997.
- FÉRES-CARNEIRO, T. **Família e casal**: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- GOLSE, B. Adopter un enfant qui n'est plus um bébé et devenir son parent. In: OZOUX-TEFFAINE, O. (Org.). **Enjeux de l'adoption tardive**. Paris: Érès, 2004, p. 63-93.
- GONZÁLEZ REY, F.L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- GONZÁLEZ REY, F.L. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo, Cengage Learning, 2010.
- HAAG, C. Um é pouco. Dois é bom. Estudos desmistificam preconceitos sobre famílias de pais homossexuais. **Revista FAPESP**, n. 132, 2007.
- HAMAD, N. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.
- IMBER-BLACK, Evan. La perspectiva de los sistemas más amplios que la familia. **Sistemas Familiares**, Buenos Aires, ano 11, n. 1, p. 35-59, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**, Rio de Janeiro, 2010.
- IVO, M. L.; PELIZARRO, M. A. I.; ZALESKI, E. G. F. **Direitos do ser humano na opção sexual**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO EM ENFERMAGEM, 8. Ribeirão Preto, SP, 2002.
- JONES, J. M. **Prejudice and racism**. Reading, MA: Affison-Wesley. 1972.
- LACERDA, M. T. **A representação social da homossexualidade**: o que pensam os estudantes universitários? Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. 2001.

- LACERDA, M. T., PEREIRA, C., CAMINO, L. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, p. 165-178, 2002.
- LAURIANO, C.; DUARTE, N. Censo 2010 contabiliza mais de 60 mil casais homossexuais. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/censo-2010-contabiliza-mais-de-60-mil-casais-homossexuais.html>>. Acesso em: 03 maio 2011.
- LENVINZON, G. K. **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. (Coleção clínica psicanalítica).
- LOYOLA, L.; MAIA, H. O Supremo sai do armário. **Revista Época**. Ed. Especial – O fim? São Paulo, p. 90. maio 2011.
- LUCHI, T.O. A aventura do casal: da infertilidade à adoção. **Pensando Famílias**, v. 12, n. 2, 2008, p. 63-72.
- MACHADO, A. O. **Identidade e discriminação: Um estudo realizado com homens e mulheres homossexuais**. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. 2004.
- MALDONADO, M. T. **Os caminhos do coração: pais e filhos adotivos**. São Paulo: Saraiva, 1997.
- MARIZ, R. Adoção ganha força. **Jornal Correio Braziliense**, Brasília, 7 maio de 2011.
- MELLO, L. Outras famílias: A construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. **Cadernos Pagu**, v. 24, p. 197-225, 2005.
- MINUCHIN, P. Families and Individual Development: Provocations from the Field of Family Therapy. **Child Development**, p. 289-302, 1985.
- MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.
- MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MINUCHIN, S.; LEE, W.-Y.; SIMON, G.M. **Dominando a terapia familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- MINUCHIN, S; FISHMAN, H. C. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- MOSMANN, C. **A qualidade conjugal e os estilos educacionais parentais**. Porto Alegre. 112 f. Tese (Doutorado)– Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.
- MOSMANN, C.; WAGNER, A.; FÉRES-CARNEIRO, T. Qualidade Conjugal: Mapeando conceitos. **Revista Paidéia**, Ribeirão Preto, v.16, n. 35, p. 315-325, 2006.
- MOSMANN, C; LOMANDO, E; WAGNER, A. Coesão e adaptabilidade conjugal em homens e mulheres hetero e homossexuais. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 33, ago./dez. 2010.
- NABINGER, S.; CHAVES, V. A origem como Herança. **Revista da Infância e da Juventude**. Rio Grande do Sul, v. 1, p. 61-69, 5 mar. 2005.
- NATIVIDADE, M. T. Acima dos direitos sexuais está a Bíblia? Respostas de segmentos conservadores à diversidade sexual. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/marcelonatividade.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- NATIVIDADE, M. T. **Existe movimento gay cristão no Brasil?** Comunicação apresentada nas Jornadas das Alternativas Religiosas da América Latina, Buenos Aires, 2007.
- NATIVIDADE, M. T.; LOPES, Paulo V. L. Os direitos das pessoas GLBT e as respostas religiosas: da parceria civil à criminalização da homofobia. In DUARTE et al. **Entre o público e o privado**. A influência dos valores religiosos na tramitação de Projetos de Lei no Brasil. Relatório de Pesquisa. São Paulo: PROSARE/CCR, 2007.
- NEVES, M. Confira os países que reconhecem a união homoafetiva. Agência Câmara de Notícias, 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/DIREITOS->

- HUMANOS/149958-CONFIRA-OS-PAISES-QUE-RECONHECEM-A-UNIAO-HOMOAfetiva.html>. Acesso em: 30 set. 2011.
- NICHOLS, M. P.; SCHUARTZ, R. C. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- NORGREN, M. B. P. et al. Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 9, n. 3, p. 575-584, 2004.
- OSÓRIO, L. C.; VALLE, M. E. **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- OSÓRIO, L. C.; VALLE, M. E. **Manual de terapia familiar**. v. 2. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- OSÓRIO, L. C.; VALLE, M. E. P. **Terapia de famílias: novas tendências**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- OTTO, A. N. N. **Obesidade e Transtorno da compulsão periódica: um estudo sobre a dinâmica familiar**. Dissertação (Mestrado)– Universidade Católica de Brasília, 2007.
- PAPP, P. Casais em perigo – novas diretrizes para terapeutas. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PASSOS, M. C. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2005.
- PELISOLI, C.; TEODORO, M. L.; DELL’AGLIO, D. D. A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Estudo de caso. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 59, n. 2, p. 256-269, 2007.
- PENSO, M.A.; COSTA, L.F.; RIBEIRO, M.A. Aspectos teóricos da transmissão transgeracional e do genograma. Em: PENSO, M.A.; COSTA, L.F. **A transmissão geracional em diferentes contextos – da pesquisa à intervenção**. São Paulo: Summus editorial, 2008.
- PEREIRA, M. E. C. **A paixão nos tempos do DSM: Sobre o recorte operacional do campo da psicopatologia**. In: PACHECO FILHO, R.; COELHO JÚNIOR, N.; ROSA M. D. **Ciência, pesquisa, representação em psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- PINTO, J. M. Considerações sobre a produção social de identidade. **Revista crítica de Ciências Sociais**, p. 217-231, 1991.
- PLC 122. União Homoafetiva Reconhecida no STF. Disponível em: <<http://www.plc122.com.br/uniao-homoafetiva-reconhecida-stf/#ixzz2fGuP1vG3>>. Acesso em: 04 out. 2013.
- REPPOLD, C. T. et al. Aspectos práticos e teóricos da avaliação psicossocial para habilitação à adoção. In: HUTZ, C. S. (Org.). **Violência e risco na infância e adolescência: pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 43-70.
- RIBEIRO, M.A.; ALBUQUERQUE, M.S. Separação e recasamento: aspectos transgeracionais dos novos arranjos familiares. In: PENSO, M. A.; COSTA, L. F. **A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção**. São Paulo: Summus Editorial, 2008.
- RIBEIRO, M. A. **Família, stress e coping**. Texto Didático (Organizado). Série Psicologia, Brasília, v. 2, p. 41-56, 2001.
- RIBEIRO, M. A. **Infertilidade e reprodução assistida: desejando filhos na família contemporânea**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- RODRIGUEZ, B. C.; PAIVA, M. L. S. C. Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. Vinculo. **Revista no NESME**, v. 1, n. 6, p. 1-111, 2009.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.
- SANTOS, C. **A parentalidade em famílias homossexuais com filhos: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas**. Ribeirão Preto, 2005. Tese (Doutorado)– Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

- TARNOVSKI, F. L. **Pais assumidos: adoção e parentalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Santa Catarina, 2002. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
- TORRES, A. R. R.; FALCÃO, L. C. Representações sociais sobre a união civil de pessoas do mesmo sexo. In: JORNADA INTERNACIONAL E II CONFERÊNCIA BRASILEIRA SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 4. **Anais...** João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba. 2005, p. 1650-1654.
- TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 3, pp. 507-514, 2005.
- TYLOR, B. Coming out as a life transition: Homosexual identity formation and its implications for health care practice. **Journal of Advanced Nursing**, v. 30, n. 20, p. 520-525, 1999.
- UZIEL, A. P. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Ver SOCERJ**. v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.
- VIEIRA, J. M. **Os filhos que escolhemos: discursos e práticas da adoção em camadas médias**, 214 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)– Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.
- WAGNER, A.; MOSMANN, C. P. A promoção da Qualidade Conjugal como estratégia de proteção dos filhos. In: FERES-CARNEIRO (Org.). **Casal e Família: Permanências e Rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p. 169-189.
- WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. **Pragmática da comunicação humana**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- WEBER, L. N. D. **Aspectos psicológicos da adoção**. Curitiba: Juruá, 1999.
- WEBER, L. N. D. **Quero que alguém me chame de filho ou do direito à convivência familiar e comunitária**. Disponível em: <<http://lidiaw.sites.uol.com.br/convivenciafamiliar.htm>>. Acesso em: 15 maio 2011.
- ZAMBRANO, E. Parentalidades impensáveis: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26., jul./dez. 2006.
- ZUANAZZI – TOMAZZONI, T. O retrocesso na sociedade. **Pravda On-line**. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/news/mundo/05-04-2003/1711-0/>>. Acesso em: 15 maio 2011.

ANEXO

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você e seu cônjuge estão sendo convidados a participar de uma pesquisa intitulada “Adoção de uma criança por um casal homossexual masculino”. O objetivo é conhecer os fatores que influenciaram um casal homossexual masculino a adotar uma criança. Por favor, leia cuidadosamente o que se segue e quaisquer dúvidas serão respondidas prontamente. Este estudo será conduzido por Ana Gabrielle Guterres Romanhol, aluna do Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, e será orientada pela Professora Maria Alexina Ribeiro. Sempre que quiser, você poderá pedir informações sobre a pesquisa entrando em contato com a pesquisadora, pessoalmente, ou pelo telefone: (98) 92021319. Caso você concorde em participar da pesquisa, você e sua família participarão das seguintes atividades: (nº)..... encontros com duração de aproximadamentehoras. Os encontros serão na (local) e caso você concorde, serão gravados em áudio e vídeo para facilitar a análise dos dados.

Você e sua família podem se recusar a participar ou interromper a participação, a qualquer momento ou em qualquer etapa da pesquisa, sem qualquer prejuízo para vocês. A participação é voluntária, e será documentada através da assinatura deste documento. Os procedimentos da pesquisa foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica e Brasília, em consonância com a Resolução nº 196/96 do CNS. Nenhum procedimento utilizado oferece risco à integridade física ou emocional dos participantes. No entanto, a pesquisadora se compromete a dar suporte psicológico, caso ocorra algum desconforto emocional devido aos temas discutidos ou questões formuladas a algum membro de sua família.

As informações coletadas nesta pesquisa são estritamente confidenciais. Se você concordar com sua participação e de sua família, seu nome e dos membros de sua família serão mantidos em sigilo. Somente os pesquisadores terão acesso a essas informações e nos relatórios da pesquisa serão usados nomes fictícios.

Você e sua família não terão nenhum benefício direto ao participar da pesquisa. Entretanto, esperamos que a esta forneça informações importantes sobre adoção de criança por casal homossexual masculino. Você e sua família não terão nenhum tipo de despesa com a pesquisa, bem como nada será pago pela participação de vocês.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para a sua participação e de sua família na pesquisa.

Eu,.....Identidade....., declaro que fui informado e devidamente esclarecido sobre o projeto de pesquisa intitulado **Adoção de uma criança por um casal homossexual masculino: estudo de caso sob a perspectiva da abordagem sistêmica da família**, que será desenvolvido por Ana Gabrielle Guterres Romanhol, aluna do Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Brasília-UCB, quanto aos itens da resolução 196/96.

Declaro, que após ser esclarecido pela pesquisadora a respeito da pesquisa, consinto voluntariamente com minha participação e de minha família nesta pesquisa.

Brasília.....de.....2013.

Nome:.....

RG:.....

Data de nascimento:...../...../.....

Endereço:.....nº.....Apto:.....

Bairro:..... Cidade:..... CEP:..... Tel:.....

.....
Assinatura do representante da família

Declaração do pesquisador

Declaro, para fins da realização da pesquisa, que cumprirei todas as exigências acima, na qual obtive de forma apropriada e voluntária, o consentimento livre e esclarecido do declarante acima, qualificado para a realização desta pesquisa.

.....
Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO DO CICLO DE VIDA FAMILIAR

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome dos participantes:

Idade:

Escolaridade:

Religião:

Profissão:

Endereço e telefones:

Casa própria ou alugada:

Renda aproximada do casal:

QUESTÕES

1. Relacionamento do casal:

- Como o casal se conheceu. Há quanto tempo.
- Como começou o relacionamento.
- Como é o relacionamento atualmente.
- Como é o relacionamento com as famílias de origem.
- Como é o relacionamento com amigos e colegas.

- Quando precisam de ajuda a quem recorrem.
- Quando precisam resolver um problema, como agem - papel de cada um.

2. A decisão de adotar um filho

- Como e quando surgiu a ideia de adotar um filho.
- De quem foi a ideia.
- Qual é o significado da adoção para vocês. O que significa adotar um filho, na opinião de vocês.
- Pensaram em outra forma de ter um filho, por ex., barriga de aluguel
- Foi no início da relação, meio ou há pouco tempo atrás.
- O que pensam sobre o fato da ideia ter surgido nesse momento da relação.
- O que acham que foi a principal influência ou motivo de surgir essa vontade de adotar.
- Quem falou primeiramente sobre isso.
- Qual foi a reação do outro.
- Discutiram sobre o assunto.
- Na discussão sobre esse assunto, quais as questões que surgiram.
- Discutiram sobre o sexo e idade da criança.
- Motivos para a escolha desse sexo e idade.
- Pensaram em prós e contras.
- Quem estava mais motivado.
- Tiveram alguma dúvida. Qual.
- Como estava a relação do casal no momento em que surgiu a ideia/vontade/desejo de adotar um filho.
- Quais os sentimentos que levaram os dois a quererem ser pais.
- Vocês comentaram sobre essa ideia com as famílias de origem e os colegas e amigos.
- Como foi a reação das famílias de origem.
- Como foi a reação dos amigos e colegas.
- Têm pessoas da família ou conhecidos que têm filhos adotivos (casais heterossexuais e/ou homossexuais). Quem. O que observam e acham.
- Houve mudança na relação do casal a partir dessa discussão sobre a possibilidade adotar. Quais.

3. As providências tomadas para a adoção

- Já tomaram alguma providência sobre a adoção. Por que.
- Quais foram as providências tomadas.
- Pensam em adotar oficialmente (VARA) ou informalmente. Por que.
- Sentiram alguma dificuldade.
- Tiveram alguma dúvida.

4. A criação/educação do filho

- Vocês já pensaram e/ou discutiram sobre como será a educação da criança.

- Como os pais esperam que será a relação de cada um com o filho.
- O que cada um pensa sobre a criança.
- Como acham e esperam que seja o filho (personalidade, temperamento, habilidades, características físicas, etc).
- Têm algum modelo de relação ideal, por ex., conhecem alguém que admiram e gostariam de ser parecidos na relação com o filho.
- Como eles imaginam que vão educar a criança.
- Acham que vão ter alguma dificuldade. Qual.
- Quais serão os desafios na criação do filho.
- Acham que vão educar o filho da forma como foram educados. O que acham que podem aproveitar ou fazer igual e o que acham que devem evitar.
- Já conversaram sobre tudo isso.
- Como acham que vão dividir os papéis parentais.
- Quem vai assumir o que nas tarefas relacionadas aos cuidados do filho.
- Quando o filho tiver algum problema de saúde, o que pensam em fazer.
- Acham que vão poder contar com alguém. Quem e por que.
- Se a criança perguntar sobre os pais biológicos, o que vão fazer. Como vão lidar com essa questão.
- Como imaginam que vai ficar a vida social do casal.
- Acham que o fato de terem um filho vai influenciar a vida profissional dos dois. Por que e de que forma.

5. Expectativas quanto ao futuro da família

- Quais são as expectativas de futuro para esta família.
- Quais são os planos para o futuro.
- Como essa família estará daqui a cinco anos.
- Se não adotarem, como vão estar.
- Se adotarem como, vão estar.
- Como imaginam que será o filho quando estiver na adolescência.
- Como imaginam o filho na idade adulta.
- Já pensaram em ter netos.
- Pensam em adotar outros filhos. Por que. Quantos, qual o sexo e idade.
- Caso sim, como imaginam que será a relação entre os irmãos.
- Como imaginam a vida do casal e da família na terceira idade.

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA TÉCNICA DE COLAGEM

Tema da colagem: “Nós dois e nosso filho”.

- Colocar a disposição várias revistas, uma folha de papel pardo inteira, um tubo de cola, uma tesoura, várias canetinhas coloridas. Esse material deve ficar no centro do grupo de forma que todos tenham acesso fácil.

- Pedir que façam uma tarefa, em conjunto. Vocês vão fazer, juntos uma colagem. O título da colagem é “A NOSSA FAMÍLIA”.

- Vocês vão folhear essas revistas, e vão procurar gravuras, palavras, frases, tudo aquilo que vocês acham que lembre a família de vocês. Vocês podem também escrever ou desenhar alguma coisa e podem conversar um com o outro, se quiserem. A tarefa é da do casal. Eu vou marcar 20 minutos para vocês fazerem a colagem, enquanto isso, não vou falar com vocês, vou ficar apenas aguardando vocês terminarem.

Observação: se fizerem perguntas ao pesquisador, diga que não pode falar com eles agora, mas só depois que terminarem.

- Enquanto estão fazendo, observar toda a comunicação verbal e não-verbal da família/casal:

1. Quem fala com quem?
2. Quem pede ajuda?
3. Quem manda e quem obedece?
4. Alguém fica isolado?
5. Alguém tem dificuldade para encontrar o que procura?
6. Observar se alguém recorta uma figura e não cola, e joga fora. Se possível recolher a figura, e perguntar por que escolheu mas não colou.

7. Alguém não deixou que colasse a figura?
8. Como negociaram o espaço do papel para suas figuras?
9. Quem tomou a iniciativa de colar, pediu autorização ao outro?

- Quando chegar aos dez minutos, avisar que eles têm mais dez minutos. Aos quinze minutos, lembrar novamente.

- Perguntar se terminaram, se está pronta “a colagem da família”, se querem colocar o título.

Questões para todos os membros:

1. Como vocês se sentiram fazendo a colagem? Cada um deve responder.
2. Foi prazeroso? Costumam fazer alguma coisa juntos?
3. Tiveram alguma dificuldade? O que foi fácil, o que foi difícil?
4. Pedir para cada um falar sobre cada uma das gravuras escolhidas. Por que escolheu? O que tem a ver com a família?
5. Colar a colagem na parede e dizer: “Esta é a colagem da família de....., e de..... Se vocês entrassem nessa sala agora, e eu mostrasse essa colagem, o que vocês diriam sobre essa família?”
6. O que cada um achou das figuras que os outros escolheram?